



DIÁRIO

da Assembleia da República

XII LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2013-2014)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE JUNHO DE 2014

Presidente: Ex.^{ma} Sr.^a [Maria da Assunção Andrade Esteves](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)
[Rosa Maria da Silva Bastos de Horta Albernaz](#)

SUMÁRIO

A Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da interpelação n.º 17/XII (3.ª), da apreciação parlamentar n.º 87/XII (3.ª), da proposta de lei n.º 237/XII (3.ª), dos projetos de lei n.ºs 620 a 622/XII (3.ª) e dos projetos de resolução n.ºs 1069 a 1075/XII (3.ª).

Foram discutidos, na generalidade, e em conjunto, a proposta de lei n.º 232/XII (3.ª) — Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal e o projeto de lei n.º 622/XII (3.ª) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (PCP). Proferiram intervenções, além do Secretário de Estado da Administração Local (António Leitão Amaro), os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [João Paulo Correia](#) (PS), [Pedro do Ó Ramos](#) (PSD), [Helena Pinto](#) (BE) e [João Gonçalves Pereira](#) (CDS-PP).

Foi discutido o projeto de resolução n.ºs 1070/XII (3.ª) — Princípios orientadores para a garantia de índices de fecundidade e de natalidade desejados (Os Verdes) conjuntamente, na generalidade, com os projetos de lei n.ºs 621/XII (3.ª) — Reforço dos direitos de maternidade e paternidade (PCP) e 544/XII (3.ª) — Alarga as condições de

acesso e atribuição do abono de família (PCP). Intervieram os Deputados [Heloísa Apolónia](#) (Os Verdes), [Rita Rato](#) (PCP), [Inês Teotónio Pereira](#) (CDS-PP), [Nilza de Sena](#) (PSD), [Cecília Honório](#) (BE) e [Sónia Fertuzinhos](#) (PS).

Procedeu-se ao debate da Conta Geral do Estado de 2012, tendo intervindo, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (Hélder Reis), os Deputados [Pedro Filipe Soares](#) (BE), [Cristóvão Crespo](#) (PSD), [Pedro Nuno Santos](#) (PS), [Cecília Meireles](#) (CDS-PP) e [Paulo Sá](#) (PCP).

Foram apreciados conjuntamente a petição n.º 291/XII (3.ª) — Apresentada pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, solicitando à Assembleia da República a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano não habitacional através da alteração de um conjunto de artigos do Código Civil e do NRAU e aditamento de novos artigos, e, na generalidade, os projetos de lei n.ºs 365/XII (2.ª) — Revoga a lei do Novo Regime de Arrendamento Urbano (Revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro) (BE) e 620/XII (3.ª) — Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro,

na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro (PCP), na generalidade. Usaram da palavra os Deputados Helena Pinto (BE), Bruno Dias (PCP), António Prôa (PSD), Altino Bessa (CDS-PP) e Pedro Farmhouse (PS).

Foram também apreciados em conjunto a petição n.º 335/XII (3.ª) — Apresentada por Pedro Filipe da Purificação (Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão), solicitando à Assembleia da República a defesa do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) mantendo todos os serviços de especialidades, recursos humanos e materiais no Hospital de Portimão, e os projetos de resolução n.ºs 973/XII (3.ª) — Contra a fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos num único centro hospitalar, pela melhoria dos cuidados de saúde na região algarvia (PCP), 1071/XII (3.ª) — Recomenda ao Governo a extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a criação de uma unidade local de saúde no Barlavento e outra no Sotavento algarvio (BE) e 1074/XII (3.ª) — Defesa da qualidade dos serviços hospitalares públicos no Algarve (PS). Intervieram os Deputados Paulo Sá (PCP), Cecília Honório (BE), Miguel Freitas (PS), Teresa Caeiro (CDS-PP), Elsa Cordeiro (PSD) e José Luís Ferreira (Os Verdes).

Apreciou-se ainda a petição n.º 309/XII (3.ª) — Apresentada pela TEM — Associação Todos com a Esclerose Múltipla, solicitando à Assembleia da República o fim da proibição de prescrição de medicamentos nos hospitais, conjuntamente com o projeto de resolução n.º 1073/XII (3.ª) — Recomenda ao Governo que garanta o acesso dos doentes aos medicamentos de que necessitam, bem como a disponibilização atempada e adequada dos mesmos (BE), tendo proferido intervenções os Deputados Helena Pinto (BE), Rosa Arezes (PSD), Luísa Salgueiro (PS), Paulo Almeida (CDS-PP), Carla Cruz (PCP) e José Luís Ferreira (Os Verdes).

Por fim, foi apreciada a petição n.º 341/XII (3.ª) — Apresentada por Arlindo Fernando Pereira Ferreira, solicitando à Assembleia da República a abertura de um concurso interno extraordinário de professores e educadores dos ensinos básico e secundário em 2014, em conjunto com o projeto de resolução n.º 1072/XII (3.ª) — Concurso interno extraordinário para colocação de professores (BE), sobre os quais se pronunciaram os Deputados Luís Fazenda (BE), Maria José Castelo Branco (PSD), Agostinho Santa (PS), Michael Seufert (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).

O Presidente (António Filipe) encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, Srs. Jornalistas, está aberta a sessão.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Podem ser abertas as galerias.

Antes de iniciarmos a ordem do dia, vou dar a palavra ao Sr. Secretário, Deputado Duarte Pacheco, para fazer o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas pela Sr.^a Presidente, as seguintes iniciativas legislativas: interpelação n.º 17/XII (3.^a) — Sobre precaridade laboral (BE); apreciação parlamentar n.º 87/XII (3.^a) — Relativa ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário (PCP); proposta de lei n.º 237/XII (3.^a) — Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno, que baixa às 6.^a e 11.^a Comissões.

Deram, ainda, entrada na Mesa os projetos de lei n.ºs 620/XII (3.^a) — Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro (PCP), 621/XII (3.^a) — Reforço dos direitos de maternidade e paternidade (PCP) e 622/XII (3.^a) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (PCP), e os projetos de resolução n.ºs 1069/XII (3.^a) — Pela intervenção com caráter de urgência na recuperação do IC1 — troço Alcácer do Sal/Grândola (PCP), que baixa à 6.^a Comissão, 1070/XII (3.^a) — Princípios orientadores para a garantia de índices de fecundidade e de natalidade desejados (Os Verdes), 1071/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo a extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a criação de uma unidade local de saúde no Barlavento e outra no Sotavento algarvio (BE), 1072/XII (3.^a) — Concurso interno extraordinário para colocação de professores (BE), 1073/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo que garanta o acesso dos doentes aos medicamentos de que necessitam, bem como a disponibilização atempada e adequada dos mesmos (BE), 1074/XII (3.^a) — Defesa da qualidade dos serviços hospitalares públicos no Algarve (PS) e 1075/XII (3.^a) — Conclusão da escola básica integrada do Parque das Nações (BE), que baixa à 8.^a Comissão.

Em matéria de expediente é tudo, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, começo por apresentar os meus cumprimentos à Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e aos Srs. Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e da Administração Local.

Vamos passar à discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 232/XII (3.^a) — Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal e do projeto de lei n.º 622/XII (3.^a) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (PCP).

Como consta da ordem de trabalhos, o Governo e o PCP, como autores das iniciativas legislativas, dispõem de mais 1 minuto para intervir.

Em nome do Governo, para apresentar a proposta de lei n.º 232/XII (3.^a), tem a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local** (António Leitão Amaro): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apesar de, nos últimos três anos, o setor municipal ter tido uma evolução muito positiva na sua sustentabilidade financeira, subsiste um grupo limitado de municípios que estão em forte desequilíbrio, que importa resolver. Mas temos de os resolver de forma estrutural e permanente. É isso que tentamos fazer com a proposta de lei aqui hoje em discussão que regula o Fundo de Apoio Municipal e o regime de

recuperação financeira em que, pela primeira vez, se cria um mecanismo estrutural e permanente de prevenção e de resolução dos desequilíbrios nas finanças municipais.

Até hoje, foram usadas soluções pontuais, parcelares e dependentes do Governo do momento, soluções, essas, utilizadas várias vezes na última década, mas que não impediram o regresso de posteriores desequilíbrios.

Desta vez, não criamos apenas um fundo, mas um regime que envolve um conjunto de três medidas: em primeiro lugar, um programa de ajustamento em que o município apoiado pelo Fundo de Apoio Municipal, o FAM, tem de fazer um esforço de maximização da receita e, sobretudo, de redução da despesa, controlo e monitorização da sua execução; em segundo lugar, uma renegociação voluntária de dívida com médios e grandes credores; e, em terceiro lugar, a assistência financeira pelo Fundo para apoiar a tal correção de desequilíbrios.

A proposta de lei que aqui apresentamos é equilibrada e abrangente porque pede um envolvimento de todas as partes. Desde logo, o maior esforço é pedido ao município apoiado, que tem de fazer um ajustamento orçamental, está obrigado a um rigoroso processo de monitorização e reporte, mas também a um regime importante de responsabilização para evitar incumprimentos.

Pede-se também um esforço aos credores do município, porque beneficiarão com a melhoria das condições para que este cumpra as obrigações que previamente tinha assumido,...

O Sr. **Luís Menezes** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — ... mas também ao Estado, que realiza aqui um enorme esforço, desde logo o de financiar inicialmente as necessidades do Fundo, mas depois realizando o capital ao lado dos municípios.

Finalmente, pede-se um esforço de todos os municípios, tal como estava previsto na Lei das Finanças Locais do ano passado e no acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, de 2013.

Há razões fortes que justificam este contributo de todos os municípios, desde logo um esforço de solidariedade entre eles, tal como Portugal beneficiou de outros Estados europeus, mas também realizou para apoiar os necessitados.

Depois, este esforço não é dinheiro a fundo perdido, mas uma aplicação financeira que os municípios fazem: ficam com o ativo, que é remunerado e pode até ser reembolsado.

Mas mais: este FAM ajuda, hoje, os municípios desequilibrados, mas pode, mais tarde, apoiar aqueles que hoje estão bem e poderão vir a necessitar numa outra altura.

Por outro lado, o esforço anual pedido em qualquer dos cenários é moderado face às receitas de cada ano.

Finalmente, justifica-se que todos os municípios contribuam, porque todos beneficiam dele, porque esta é uma rede de segurança de todo o crédito municipal devido à interdependência do crédito municipal, e isto porque beneficia e diminui o risco e o custo do crédito para todos.

A terminar, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de transmitir que, nas últimas semanas, tem decorrido um processo negocial intenso e construtivo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. As duas equipas negociais chegaram a um entendimento amplo há algumas semanas, que ficou sujeito à aprovação do conselho geral. Ontem, o conselho geral aprovou um acordo definindo um conjunto de objetivos. Posso dizer que, no que respeita às matérias do Fundo de Apoio Municipal, há um entendimento entre as partes, mas quero manter reserva porque o processo não está concluído.

Apresentámos esta proposta porque precisávamos de preservar o calendário legislativo; no entanto, mantemos a mesma disponibilidade negocial até ao fim.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, para apresentar o projeto de lei n.º 622/XII (3.^a), do PCP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo é o responsável pela difícil situação financeira dos municípios devido aos sucessivos cortes nas transferências do Orçamento de Estado (só entre 2010 e 2013 foram retirados às autarquias mais de 1300 milhões de euros), à redução da participação das autarquias nos impostos do Estado e à ingerência na autonomia do poder local.

O novo instrumento que o Governo se propõe criar, o Fundo de Apoio Municipal, constitui uma nova escalada na retirada de recursos à administração local, de destruição de políticas públicas e de emprego público e na penalização das populações.

O FAM, não só não é solução para os municípios com reais problemas financeiros, como poderá arrastar os outros para a deterioração da sua situação financeira.

O FAM não é solução porque:

Assenta num modelo de mutualização da dívida, construída pela participação dos municípios em 70% e pelo Estado em 30%, o qual recusamos;

Viola a autonomia do poder local, quando impõe um regime de mutualização que obriga à dedução das transferências provenientes do Orçamento do Estado;

Institui um conjunto de «serviços públicos essenciais», que, na prática, constitui uma alteração das competências e atribuições dos municípios sujeitos ao FAM, limitando a sua atividade municipal;

Amplia um regime de penalizações assente em coimas, intervenção direta na gestão e de declaração de nulidade à margem de decisões judiciais e expropria competências como o poder orçamental;

E concretiza um plano de ajustamento municipal, que impõe taxas máximas para os impostos, preços e tarifas, proíbe apoios diretos, valores máximos cobrados pelos serviços de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, aliena o património municipal, privatiza serviços e reduz drasticamente o número de trabalhadores.

Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PCP tem uma perspetiva totalmente diferente, presente no projeto de lei que hoje apresentamos. Não nos limitamos à denúncia, trazemos propostas e soluções concretas para as autarquias, que passam pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de saneamento financeiro existentes e pela reposição da autonomia, em respeito pelos princípios constitucionais.

Propomos, designadamente:

A reposição do IMT como receita municipal;

O reforço da participação dos municípios nos impostos do Estado;

A densificação do instrumento de saneamento financeiro com a introdução do processo negocial direto com os credores, incluindo os bancos, através da negociação de montantes, prazos e juros;

A disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, incluindo a prestação de garantias, como complemento do processo de renegociação com os credores e de financiamento bancário para o saneamento financeiro;

O estabelecimento de um plano de reequilíbrio financeiro, que indique soluções que permitem resolver a situação de desequilíbrio financeiro, sem onerar as populações e garantindo o funcionamento adequado dos serviços públicos;

E, ainda, a revogação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que está a paralisar a gestão municipal e a impedir a prestação de serviços essenciais às populações.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, ficam assim apresentados a proposta de lei e o projeto de lei.

Estão já inscritos para intervir os Srs. Deputados João Paulo Correia, do PS, Pedro do Ó Ramos, do PSD, e Helena Pinto, do Bloco de Esquerda.

Pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Correia para uma intervenção.

O Sr. **João Paulo Correia** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^a e Sr. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A criação do Fundo de Apoio Municipal, nos termos da proposta de lei que o Governo apresentou hoje no Parlamento, suscita a frontal oposição do Partido Socialista.

O que deveria estar em debate era um instrumento de responsabilidade do Estado respeitador da autonomia do poder local e com capacidade para alavancar a recuperação de determinados municípios que se encontram sob forte risco de insustentabilidade financeira e orçamental.

Mas aquilo que o Governo vem propor não passa de uma solução perniciosa no que concerne aos princípios que consideramos fundamentais na relação do Estado com o poder local.

O Governo pretende impor ao poder local uma solução altamente limitativa para os municípios que se encontram sujeitos ao perímetro do Fundo de Apoio Municipal.

O princípio constitucional da autonomia do poder local será ferido com a aprovação desta proposta de lei. O Governo pretende limitar a liberdade de cada autarquia dispor dos seus recursos para prosseguir as suas atribuições e competências. Aos municípios abrangidos pelo Fundo de Apoio Municipal o Governo procura impor, nomeadamente, carga fiscal máxima no IMI e na participação no IRS, o que configura uma clara intromissão na esfera da autonomia do poder local, para além de se revestir em mais um ataque direto ao bolso de centenas de milhares de famílias.

Por outro lado, no decorrer do processo de revisão da Lei das Finanças Locais, foi criada a expectativa de que o Fundo de Apoio Municipal seria financiado exclusivamente pelo Estado. Ao olharmos para esta proposta de lei vemos que a realização do capital do Fundo de Apoio Municipal é repartida entre os municípios e o Estado na perspetiva da comparticipação de todos os municípios, independentemente de serem ou não cumpridores das regras relativas ao limite do endividamento.

Em primeiro lugar, o esforço exigido aos municípios na constituição do Fundo é financeiramente desmesurado e concetualmente injustificado, tanto mais que não se entende por que razão o Governo não recorre à dotação não utilizada do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), no montante de 350 milhões de euros, para a realização do capital do Fundo de Apoio Municipal.

Em segundo lugar, o Governo propõe uma estrutura diretiva para o Fundo de Apoio Municipal com os municípios em representação minoritária, quando são estes que realizam a maioria do capital, o que demonstra a desconfiança do Governo nos autarcas e a sua permanente obsessão em se apresentar como agente disciplinador das finanças municipais.

Os critérios veiculados na proposta do Fundo de Apoio Municipal irão sufocar o quadro financeiro dos municípios abrangidos, que, no âmbito da sua autonomia constitucional e legitimidade democrática, procuram desenvolver políticas ativas de emprego e programas de proteção social.

Outro aspeto revelador da perigosidade constante desta proposta de lei é a possibilidade de rescisão na administração local e a discutível legitimidade na cativação de verbas por mais de um mandato, no âmbito da aplicação do programa de ajustamento municipal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate não hesitamos em sair na justa defesa do papel do poder local e, como tal, nunca é demais sublinhar dois dados suficientemente reveladores de que o problema da dívida pública não reside nos municípios.

Em 2013, os municípios foram o setor do Estado que mais reduziu a dívida a fornecedores, e a dívida dos municípios continua inferior a 3% do total da dívida pública. Tudo isto, perante uma conjuntura totalmente adversa, de austeridade sobre os municípios, famílias e empresas.

Reduzir a dívida a fornecedores e melhorar, globalmente, a sustentabilidade financeira e orçamental diz bem que o contributo dos municípios tem saldo positivo, apesar de confrontados com consecutivas reduções nas transferências da administração central e nas suas receitas próprias.

O PS rejeita a proposta de lei em debate e desafia o Governo a reconstruí-la. É imperativo encontrar uma solução que não viole a autonomia do poder local e que prescindir de medidas de esmagamento no decurso do reequilíbrio da sustentabilidade financeira e orçamental dos municípios em maiores dificuldades.

Para o efeito, o Partido Socialista propõe a reposição da taxa de iluminação pública em 6%, a reposição das taxas de IVA das refeições e dos transportes escolares aos valores mínimos, a flexibilização da lei dos compromissos, a flexibilização das normas com tradução na gestão dos recursos humanos por parte da administração local.

A somar ao avanço do processo de privatização da Empresa Geral de Fomento, contra a vontade e o acordo dos municípios, e ao bloqueamento, por parte do Ministério das Finanças, quanto à aplicação dos acordos celebrados entre os trabalhadores e as autarquias para as 35 horas de trabalho semanal, esta

proposta de constituição do Fundo de Apoio Municipal vem radicalizar a senda de combate do Governo à autonomia e legitimidade democrática do poder local.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos para uma intervenção.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Fiquei perplexo ao ouvir a intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, porque, enfim, a deriva do Partido Socialista para o Partido Comunista Português é muito evidente.

Quando, ontem mesmo, houve um acordo entre as equipas negociais do Governo e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, depois de algumas hesitações, e esse acordo está no bom caminho, viemos aqui assistir ao Partido Socialista manifestar a sua total repulsa relativamente a este programa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — É absolutamente inadmissível, quando existe um esforço patriótico da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Governo para chegar a um entendimento, o Partido Socialista colar-se ao Partido Comunista Português, num populismo absolutamente fácil e que não aproveita a ninguém, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD.

Quero felicitar o Governo por apresentar, mais uma vez, um projeto estrutural para o poder local. Salvo erro, entre o Governo e a maioria, já foram 15 os projetos apresentados nesta matéria, e aqui este sentido patriótico é muito evidente.

Gostaria de destacar o seguinte: não se trata de uma solução conjuntural, trata-se de uma solução estrutural para resolver permanentemente o problema das dívidas financeiras dos municípios.

Depois, temos de referir também que não se trata de qualquer tipo de empréstimo, trata-se, efetivamente, de unidades de participação. Os municípios vão ter aplicações financeiras, Srs. Deputados, e serão feitas de acordo com a sua capacidade contributiva.

Sabemos também que, não obstante a proposta ter 70% de esforço contributivo, por parte dos municípios, ainda assim, partindo desse pressuposto de 70%, o esforço máximo que é pedido nunca ultrapassa 1,8% das receitas anuais. Efetivamente, existe aqui um dever de solidariedade muito forte, Sr. Deputado João Paulo Correia, e conseguimos perceber que o Estado, através do Governo e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, está a fazer esse esforço.

Sr. Deputado, ficar-lhe-ia muito bem, perante as autarquias — e também muitas autarquias do Partido Socialista —, que efetivamente, precisam, destes valores, que acompanhasse este esforço da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — É que, relativamente ao Partido Comunista Português, recordo-me bem da discussão do PAEL: diabolizou o PAEL, como se fosse a pior coisa deste mundo, mas, depois, autarquias do Partido Comunista recorreram ao PAEL, porque, de facto, fazia muita falta.

Protestos da Deputada do PCP Rita Rato.

E autarquias do distrito da Sr.^a Deputada! Barreiro, Sesimbra, Sobral de Monte Agraço, Chamusca foram algumas das autarquias que a ele recorreram e a quem deu um enorme jeito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Lopes Soares** (PSD): — É a coerência!...

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Vamos concluir o seguinte: daqui a uns tempos, depois de o FAM estar aprovado, vamos perceber que há muitas autarquias do Partido Comunista Português, do seu distrito e do meu distrito, que vão recorrer ao Fundo. Vamos pensar no Seixal, em Alcochete e, depois, vamos analisar e perceber se, de facto, não é uma boa solução, e uma boa solução para essas autarquias e para o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto para uma intervenção.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de lei, apresentada pelo Governo, vem na sequência da Lei das Finanças Locais e é mais uma concretização da orientação política do Governo no que diz respeito ao poder local.

A orientação política que tem sido seguida e levada à prática por este Governo assenta em duas questões fundamentais que merecem a nossa total oposição.

Em primeiro lugar, o Governo segue uma linha de afronta ao princípio constitucional da autonomia do poder local e faz tábua rasa da justa e equilibrada repartição dos recursos públicos entre o poder central e o poder local.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Em segundo lugar, os sucessivos cortes nas transferências para as autarquias, que, em abono da verdade, já vêm de outros Governos, não são apenas deste, têm contribuído de forma decisiva para o acentuar das dificuldades.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não vale a pena iludir a realidade e esquecer o histórico sobre esta matéria!

Se juntarmos a tudo isto a famigerada Lei dos Compromissos e o PAEL, temos o quadro completo: limitação da autonomia e um espartilho financeiro que asfixia as autarquias e leva à redução de serviços públicos e à penalização das populações.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — O Fundo de Apoio Municipal, agora em discussão, assenta a recuperação financeira dos municípios num conjunto de medidas contra as populações ao impor a maximização das receitas, através do aumento de impostos para as taxas máximas. «Esforço moderado», Sr. Secretário de Estado António Leitão Amaro?! «Esforço moderado» para quem?! Esforço máximo para as populações, austeridade máxima para as populações, é o que está nesta proposta de lei, e nada escapa!

Veja-se o artigo 35.º, inclusive o preço da água e do tratamento de resíduos: só depois de esgotadas estas medidas se prevê a reestruturação da dívida com os credores, nomeadamente os bancos, e mesmo assim limitando a capacidade negocial das autarquias. É inadmissível, Sr. Secretário de Estado.

Recusamos este caminho e dizemos que o problema deste Fundo não se limita nem se centra nas percentagens das contribuições do Estado central e das autarquias. Não é esse o debate fundamental, é, sim, o significado deste Fundo, porque este Fundo é mais uma machadada na autonomia e é mais austeridade.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Neste sentido, acompanharemos o projeto de lei do PCP, que apresenta algumas propostas que nos parecem vir ao encontro das necessidades das autarquias e defendemos, como já

fizemos no passado, em várias ocasiões, a reposição do IMT, cuja extinção, nesta fase, só favorece a banca e os grandes proprietários. Por aí se vê bem quais são as opções do Governo.

Para resolver os problemas dos municípios, que existem e são diversos, há que começar pelo princípio e há que ter essa coragem. E o princípio é retomar com os municípios os níveis de repartição dos impostos do Estado. Importa retomar isso, ir à origem dos problemas e não colocar em causa a autonomia dos municípios, dando-lhes um espartilho que só tem como consequência mais austeridade para as populações.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves Pereira para uma intervenção.

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A discussão desta proposta de lei, que hoje aqui temos, faz-nos refletir sobre aquilo que é o exercício da política na gestão autárquica.

Temos, por um lado, o exercício da política na gestão autárquica assente na responsabilidade política, ou seja, câmaras com contas em ordem, com pagamentos a fornecedores em dia, com controlo efetivo de despesas e até mesmo com dinheiro no banco. Temos um bom exemplo de gestão autárquica, que é o da Câmara Municipal de Ponte de Lima.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem! Veja-se o desespero.

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — Por outro lado, temos uma gestão autárquica assente na cultura da irresponsabilidade política, que é a daquelas câmaras que estão altamente endividadas, com atrasos de pagamentos a fornecedores e a funcionários, sem qualquer controlo orçamental e à beira da falência ou, senão mesmo, falidas.

Hoje, o País está confrontado com 30 câmaras na bancarrota e com outras 30 câmaras na iminência de total rutura financeira. Estamos a falar de 10% das câmaras do País, o que é algo de absolutamente incompreensível.

O Governo, confrontado com esta triste situação, avançou com uma solução que visa não só o salvamento destas autarquias, como tem também uma lógica preventiva. O poder local tem de ter consciência de que não há desenvolvimento social sem sustentabilidade das nossas finanças públicas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — Veja-se o desespero da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Portimão, uma câmara socialista, uma câmara que herdou de uma gestão autárquica socialista e que está totalmente falida. E, hoje, esta Presidente da Câmara pede, urgentemente, o apoio deste Fundo Municipal.

Em contraponto, temos declarações de há dois dias do Partido Socialista que, na Câmara Municipal do Porto, criticou Rui Rio por ter deixado demasiado lucro naquela entidade. Até poderia parecer anedótico, se não fosse verdade!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — É socialista!

O Sr. **João Gonçalves Pereira** (CDS-PP): — É bom ter consciência de que vão ser os munícipes e as empresas destas autarquias endividadas que vão ver as taxas e os impostos agravados por forma a que se possa pagar uma dívida irresponsável que alguém gerou.

Este Fundo de Apoio Municipal é um mecanismo que vai permitir resolver um conjunto de situações difíceis que os municípios atravessam e que os leva à rutura financeira. Este Fundo, de 650 milhões de euros, que traduz uma solidariedade entre o Estado e os municípios, não é feito a fundo perdido, ou seja, configura uma aplicação financeira cujo capital é remunerado, o que representa um reembolso dos participantes.

Importa, ainda, sublinhar que os 30% do Fundo, correspondentes à comparticipação do Estado, são, de imediato, disponibilizados, por forma a acorrer a situações de emergência que existem em várias autarquias, designadamente na Câmara Municipal de Portimão.

Termino dizendo o seguinte: este Fundo visa o salvamento de muitas autarquias da bancarrota, mas também devemos enaltecer o seu carácter preventivo de situações irresponsáveis por parte de quem deixou os cofres das autarquias a zeros. Repito aquilo que já disse: não existe envolvimento local e social sem finanças públicas sustentáveis.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O PCP foi contra o PAEL, e continua a ser, e diz que esta proposta que o Governo apresenta ainda é mais grave e vai criar ainda mais dificuldades aos municípios. Esta é uma proposta de ingerência na autonomia, é uma proposta que pretende ir mais além e onerar ainda mais as populações, é uma proposta que pretende ir mais além no despedimento de trabalhadores, é uma proposta que pretende ir mais além na destruição e na privatização de serviços públicos. Este é o conteúdo concreto da proposta que o Governo aqui apresentou hoje.

Srs. Deputados, muito é dito sobre a gestão dos municípios, mas importa que fique aqui claro que, segundo os dados de que temos conhecimento, da lista de municípios que se encontra em situação de rutura financeira de acordo com os critérios da Lei das Finanças Locais, a esmagadora maioria é municípios do PSD e do PS e apenas três municípios da CDU, três — Alpiarça, Alandroal e Évora. E, diga-se, Srs. Deputados, são três municípios herdados da gestão do Partido Socialista.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mesmo perante esta situação, para além das dificuldades que tinham...

Protestos do PSD e do PS.

Oiçam, Srs. Deputados, oiçam, porque esta é a verdade!

Para além das dificuldades que estes municípios já tinham, sofreram ainda um corte orçamental, nomeadamente no que diz respeito às transferências do Orçamento do Estado. Alpiarça sofreu um corte de cerca de 2 milhões de euros, de 2010 a 2014; Alandroal, de quase 4 milhões de euros, de 2010 a 2014; Évora, de mais de 8 milhões de euros. É disto que estamos a falar, Srs. Deputados!

Mas, mesmo perante estas dificuldades para a CDU, não utilizamos isso como desculpa, queremos cumprir, naturalmente, as nossas competências, mas queremos fazê-lo com respeito pela autonomia do poder local democrático.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Por isso, apresentamos aqui propostas concretas que respeitam essa autonomia, que dão os instrumentos para que os municípios possam, efetivamente, regularizar a sua situação, mas sem colocar em causa os serviços públicos, sem colocar em causa os direitos dos trabalhadores, sem colocar em causa os direitos das populações.

Para terminar, apelando à tolerância da Sr.^a Presidente, importa referir uma última nota: o conceito de autonomia do poder local democrático que este Governo tem é tanto visível na proposta que hoje aqui traz para discussão como no processo que temos visto em relação aos ACEEP (Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública).

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E a verdade é que hoje, mais uma vez, ficou confirmado que este Governo está a empatar o processo para impedir a publicação dos ACEEP, para impedir a garantia dos direitos dos trabalhadores e, mais do que isso, para impedir as 35 horas de trabalho semanal.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Para terminar, Sr.^a Presidente, quero referir que o Governo não está à procura de nenhuma interpretação, mas, sim, de uma forma para bloquear e para que os trabalhadores, de acordo com os instrumentos legais, não tenham as 35 horas, como é seu direito.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem, de novo, a palavra o Sr. Secretário de Estado da Administração Local.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na conclusão deste debate, creio que há algumas ideias e imagens que ficam claras e até surpreendentes.

Ao PCP queria apenas dizer que respeito a coerência e a ideia de que todos os problemas se resolvem com mais, mais e mais despesa pública, mais dinheiro, mais dinheiro e mais transferências do Orçamento do Estado, tantas que, neste caso — e esta é a surpresa! —, até são para garantir créditos, inclusive, de credores bancários.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só está a perder tempo!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Mas, Sr.^a Deputada Paula Santos, mais, mais e mais dinheiro sem nunca explicar como e de onde vem é algo que não nos surpreende, mas tenho a certeza de que não apenas os portugueses mas, neste caso, até os municípios rejeitam o seu caminho.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Que tempo mal empregue!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Ao Partido Socialista queria dizer que os ouvi, que os escutei e que acho que este é um daqueles casos em que é melhor aguardar pelo que fazem do que pelo que dizem.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Sr. Deputado João Paulo Correia, queria dizer-lhe o seguinte: há uma ou outra imprecisão na sua intervenção, como, por exemplo, no que respeita à presença dos municípios ou dos seus representantes nos órgãos. Depende da proporção e da representação da proporção, e, como sabe, está sempre garantido que qualquer dos lados que financia o Fundo tem representação, mas não há em lado nenhum, pelo contrário, uma imposição minoritária prevista.

Mas deixe-me dizer-lhe que o que me surpreende verdadeiramente é o Sr. Deputado ter dito: «O que eu esperava aqui era um instrumento de responsabilidade e de responsabilização do Estado». Sr. Deputado, estamos a falar de problemas e de desequilíbrios no setor municipal.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Estamos a falar de sentido de Estado!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — O Sr. Deputado vê problemas no setor municipal e diz que o Estado é que tem de responder, tal como, no caso português, veem problemas em Portugal, assobiam para o lado e dizem que é lá fora que têm de resolver-se.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que nós temos uma visão bem diferente. Trata-se de um problema nos municípios e o Estado também tem de participar — todos em solidariedade, Sr. Deputado!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Em primeiro lugar, participam os municípios que precisam de fazer um esforço, participam os credores, participa o Estado e, naturalmente, participam todos os outros municípios porque beneficiam com esta rede de segurança de crédito que é criado por este Fundo.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Principal argumento: o de que a autonomia local é colocada em causa. Sr.^{as} e Srs. Deputados, colocada em causa é a autonomia para decidir por quem não o pode fazer porque já não lhe dão crédito, já não fazem negócios com ele, porque se está em rutura e não se assumem compromissos.

Vozes do PSD: — Ora bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Não há autonomia local para quem não pode decidir por causa dos compromissos do passado.

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Administração Local**: — Finalmente, não há autonomia quando se depende de soluções casuísticas, pontuais, do Governo do momento.

Nós acreditamos e esperamos que até ao fim o Partido Socialista acredite que é este regime permanente que nos traz a solução adequada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Termina aqui o debate conjunto, na generalidade, da proposta de lei n.º 232/XII (3.^a) e do projeto de lei n.º 622/XII (3.^a), cumprindo-se, assim, o ponto 1 da ordem do dia.

Passamos ao ponto 2, que consiste no debate do projeto de resolução n.º 1070/XII (3.^a) — Princípios orientadores para a garantia de índices de fecundidade e de natalidade desejados (Os Verdes), conjuntamente, na generalidade, com os projetos de lei n.ºs 621/XII (3.^a) — Reforço dos direitos de maternidade e paternidade (PCP) e 544/XII (3.^a) — Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família (PCP).

O PCP e Os Verdes, por serem os autores das iniciativas, dispõem de mais 1 minuto.

Para apresentar o projeto de resolução de Os Verdes, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os Verdes entenderam agendar hoje este projeto relativo às matérias da natalidade, porque, como todos sabemos, Portugal enfrenta um gravíssimo problema de taxa de natalidade e de estrutura populacional. Na última década, perdeu-se população numa dimensão substancial.

Mas vamos ater-nos, talvez, ao tempo de Governo do PSD e do CDS para perceber que, no ano anterior à tomada de posse deste Governo, nasceram 101 000 bebés e, em 2013, 82 000 bebés. A redução é absolutamente significativa.

A emigração, essa, aumentou substancialmente, como todos sabemos. Só no tempo deste Governo já emigraram mais de 350 000 pessoas, ou seja, quase quatro vezes mais do que as que nasceram em Portugal. A imigração diminuiu.

Portanto, temos aqui todo um quadro que forma o problema dramático que hoje se enfrenta em Portugal, que é, justamente, o da redução da taxa de natalidade e da diminuição populacional.

No entanto, não é uma realidade que constitua uma opção dos portugueses, porque, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o índice de fecundidade real, que é de 1,2 filhos por mulher, é muito inferior ao índice de fecundidade desejada, que andarà pelos 2,1 filhos por mulher.

Esta realidade concreta decorre, isso sim, todos nós sabemos, de políticas absolutamente antinatalistas que estão a gerar uma crise estrutural grave no País e todos nós sabemos as causas: cortes de salários, desemprego, desregulação das condições de trabalho, um sistema fiscal pesado e injusto, a educação caríssima, a saúde cara, e por aí fora.

Paralelamente, Portugal é, ao nível da União Europeia, o País cujo Estado gasta menos com o apoio às famílias com filhos.

De resto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Associação de Famílias Numerosas apresentou uma iniciativa, há pouquíssimo tempo, na Assembleia da República, onde demonstrou, preto no branco, o que estou a dizer. E demonstrou mais: que as famílias com filhos são inteiramente prejudicadas em várias vertentes. Por exemplo, na fatura da água e da eletricidade não é tido em conta o agregado familiar e o INE também já veio dar conta que as famílias com filhos são as mais vulneráveis ao risco de pobreza.

Portanto, daqui só se pode concluir o seguinte, Sr.^{as} e Srs. Deputados: esta política que a direita pratica é o maior desincentivo ao aumento da taxa de natalidade.

Por isso, Os Verdes vêm com propostas concretas, com princípios orientadores para promover uma política de natalidade e de fecundidade desejada, propostas que se centram no combate à pobreza, no combate à emigração, na criação de emprego, em boas condições de trabalho. Isto tem a ver com o horário de trabalho, com as matérias da precariedade, com as matérias do despedimento de mulheres que não são contratadas porque querem ter filhos, com níveis salariais, com políticas de apoios sociais, com políticas de educação, com políticas de saúde, com políticas de transportes, com uma rede pública de apoio às famílias e às crianças.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, desafiamo-los a debater e a aprovar aquilo que Os Verdes hoje aqui trazem como propostas e soluções concretas para o País.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para apresentar os dois projetos de lei do PCP, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A demagogia do Governo em torno da natalidade assenta em conceções retrógradas de responsabilização individual das mulheres e das famílias pela renovação das gerações e na desresponsabilização do Estado, das entidades patronais e de toda a sociedade para com a função social da maternidade.

Hoje, milhares de casais desejariam ter filhos e não os têm, não por opção própria mas porque são impedidos pela crescente degradação das suas condições de vida.

Os tempos que vivemos de baixa natalidade são inseparáveis dos impactos da política de direita, que promove a emigração, o desemprego, a precariedade, os baixos salários, o desrespeito e a violação dos direitos de maternidade e de paternidade nos locais de trabalho, a falta de equipamentos de apoio à infância a custos acessíveis.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 70/2010 e do Decreto-Lei n.º 116/2010 traduziu-se na restrição brutal do abono de família a 650 000 crianças. Se o anterior Governo PS é responsável pela criação desta injustiça, o atual Governo PSD/CDS é igualmente responsável pela sua manutenção e agravamento.

Importa referir que, hoje, uma criança cuja família sobreviva com um rendimento mensal de referência acima de 628 € não tem acesso ao abono de família.

Sr.^a Presidente e Srs. Deputados, hoje, o PCP apresenta dois projetos de lei: o reforço dos direitos de maternidade e paternidade e o alargamento das condições de acesso ao abono de família.

Estas propostas são um contributo para o cumprimento dos direitos das crianças, para a proteção da função social da maternidade, por um País mais justo, de progresso e justiça social.

Destacamos: alargamento do tempo de licença obrigatória da mulher de 6 para 9 semanas; alargamento do período de licença de paternidade, de 10 dias facultativos para 20 dias facultativos; a garantia da decisão livre do casal sobre o período do gozo de licença de 150 ou 180 dias, em caso de partilha, garantindo sempre o seu pagamento a 100%; a criação de uma licença de maternidade específica por prematuridade; a garantia da possibilidade de reintegração da trabalhadora grávida, puérpera ou lactante noutra empresa do grupo em caso de despedimento coletivo; nos casos de assistência a filho com deficiência ou doença crónica, propomos o aumento de 30 para 90 dias anuais, pagos a 100%.

Relativamente ao abono de família, propomos: revogar a condição de recursos; repor a totalidade dos escalões para efeitos de atribuição do abono de família, avançando no sentido de garantir a sua universalidade; e repor a majoração do abono de família em 25% nos primeiro e segundo escalões.

Para o PCP, a partilha de tarefas implica a consagração dos direitos do pai e da mãe de forma autónoma, mas sempre numa perspetiva do seu exercício em complementaridade, no sentido da igualdade entre homens e mulheres noutras esferas da vida em sociedade.

Com estas propostas, o PCP assume a defesa de uma proposta progressista para a sociedade, para a família e, sobretudo, para a criança, tendo em vista o seu superior interesse e o seu desenvolvimento integral.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — O CDS-PP acaba de inscrever a Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira para uma intervenção.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sobre estes três projetos de resolução, considero necessário referir três evidências.

A primeira é que temos a perfeita consciência de que os problemas que Portugal atravessa em torno da demografia, da natalidade e da conciliação da vida familiar com a vida profissional são da maior gravidade.

A segunda é que é necessário que todos tenhamos consciência de que nenhum deles começou ontem.

E a terceira é que temos a certeza de que nenhum deles se resolve com medidas pontuais, mas, sim, transversais.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Posto isto, conclui-se que é fácil propor o que o PCP e Os Verdes aqui vêm apresentar hoje, sabendo de antemão que as dificuldades financeiras que o País atravessa não comportam muitas destas medidas avulsas.

Portugal tem uma das mais baixas taxas de natalidade do mundo e muito abaixo dos países com igual nível de riqueza. Reconhecer isto é concluir que o problema não é fundamentalmente económico, não nasceu no dia em que a troica entrou em Portugal e não pode ser combatido aumentando apenas as contribuições sociais ou alterando, em jeito de «pensos rápidos», alguma legislação.

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

Protestos do PCP, do BE e de Os Verdes.

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Reconhecer a dimensão do problema obriga a que se definam estratégias transversais, que vão da educação às políticas laborais, ao ordenamento do território, às políticas fiscais, ao poder local, à segurança social, e muitíssimo importante é responsabilizar as empresas como principais facilitadoras das práticas de conciliação.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Ora, nem mais!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — É fundamental ter a consciência de que o esforço é conjunto, de toda a sociedade, porque o problema é também social e cultural.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Se o PCP e Os Verdes estivessem verdadeiramente interessados em contribuir para a solução e não apenas em utilizar a natalidade e a conciliação da vida familiar com a vida profissional para fundamentar a sua luta, seria outra a discussão que estaríamos a ter aqui hoje.

A última coisa de que precisamos é de medidas que ignoram o facto de não termos as taxas de emprego nem a robustez financeira dos países mais desenvolvidos.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Por culpa de quem?!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Mas é com esta condicionante que temos de trabalhar, é com esta condicionante que temos de encontrar soluções para criar um ambiente favorável às famílias e, especialmente, aos mais vulneráveis: crianças, idosos e deficientes.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Isso mesmo: responsabilidade!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Mas é isso que os senhores não querem alterar!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — É por entender que a responsabilidade do problema é de grande magnitude que é necessário ouvir o maior número de posições sobre o assunto e de se estudarem boas práticas internacionais para alterar este paradigma. É isso que o Governo está a fazer no âmbito do grupo de trabalho sobre natalidade: a ouvir os parceiros sociais sobre esta matéria.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Para já, existem medidas concretas que têm ajudado, na medida das nossas possibilidades, a estancar o problema. Uma delas é, no âmbito da negociação do novo quadro de fundos comunitários, Portugal 2020, sensibilizar a União Europeia para a necessidade de políticas específicas de apoio à natalidade, nomeadamente na área da empregabilidade a tempo parcial. Ou seja, a criação de uma medida que permita a conciliação através da empregabilidade parcial,...

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — ... assegurando o Estado o pagamento do restante salário para que não haja perda do rendimento dos pais.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — É fundamental!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Isto sempre garantindo o cumprimento da função desta medida de apoio à família, homens e mulheres.

Outra medida é o apoio a períodos de funcionamento mais alargados das creches e de jardins de infância, o aumento do número de acordos para a rede de equipamento social destinados à primeira infância, os quais aumentaram 6% nos últimos três anos, o que correspondeu ao aumento de investimento de cerca de 13 milhões de euros.

Também podemos referir o ajuste do abono de família para a revisão trimestral, passando assim a ser possível adequar o abono aos rendimentos atuais, quando no passado havia um desfasamento de quase dois anos.

O Sr. **Artur Rêgo** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Inês Teotónio Pereira** (CDS-PP): — Haveria muito mais exemplos a dar, mas estamos conscientes de que todos eles não são suficientes. Tudo o que se tem feito, dentro das limitações existentes, apenas atenua o problema, não o resolve, mas as propostas que o PCP e Os Verdes aqui trazem, infelizmente, não cumprem nem uma função, nem outra.

Há muito trabalho a fazer. Pelo nosso lado, manteremos o compromisso em fazer esse trabalho, que é uma verdadeira política transversal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr.^a Deputada Nilza de Sena, creio que está a inscrever-se para uma intervenção. Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero saudar o Partido Ecologista «Os Verdes» e o Partido Comunista Português, dando-lhes as boas-vindas ao debate sobre a natalidade e os índices de fecundidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Chegou tarde!

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — Este é um debate que o PSD tem feito com iniciativas concretas, realizadas por esta bancada parlamentar, onde promovemos jornadas da família. O tema esteve também presente no último congresso do PSD, foi objeto de aturada discussão durante as últimas jornadas parlamentares e a verdade é que, depois de um período excecional e difícil por que passámos, foi empossada uma comissão por parte do Governo, que está a estudar esta matéria e apresentará um relatório com um conjunto de indicações que o Governo deverá seguir.

Portanto, devo dizer aos Srs. Deputados que prometer soluções miríficas, como vi nos projetos que aqui hoje foram apresentados, dando tudo a todos, indiscriminadamente, sem uma linha condutora e, sobretudo, sem atender ao que realmente é necessário, duplicando ou triplicando apoios sem critério, como já foi feito no passado com os resultados que são evidentes para todos, é, de facto, uma estupefação.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Só sabe essa lengalenga, Sr.^a Deputada? Deveria justificar melhor aquilo de que fala!

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — É preciso lembrar que todos pagámos um preço elevadíssimo por isso, preço, esse, com o qual não queremos voltar a fustigar os portugueses.

É preciso lembrar também que está estudado cientificamente, com relatórios disponíveis, inclusivamente, na OCDE, que a taxa de fertilidade não depende apenas de variáveis económicas. Não é apenas uma questão económica mas, sobretudo, de outras condições estruturais que os dois projetos não levam em conta.

Portanto, é muito importante, neste debate, realçar que apoiar não é só apoiar economicamente, é também aprofundar a responsabilidade social das empresas e, assim que for possível, facilitar a vida familiar, promovendo a flexibilidade dos horários, dos equipamentos, das creches, alterar o padrão de rigidez das empresas no que toca a horários, educar para uma equitativa repartição de tarefas na estrutura familiar e promover medidas que não penalizem — isto é importante —, que não penalizem as mulheres na sua carreira profissional.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — É extremamente importante que as mulheres não se sintam diminuídas nas suas capacidades de carreira pelo facto de terem filhos.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Então, vai aprovar o projeto do PCP, não é verdade?!

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — É importante dizê-lo, Srs. Deputados, porque nesta radiografia os senhores não falam disto. Aliás, orgulhosamente, a primeira campanha a nível nacional sobre, precisamente, esta questão foi levada a cabo por este Governo, com uma divulgação que se chamou «Ter Tempo para Ter Tempo» e os Srs. Deputados ignoraram completamente.

Além disso, foi também este Governo que criou uma medida que permite conciliação através da empregabilidade parcial, assegurando que o Estado pague o restante salário para quando os pais perdem algum do seu rendimento. Foi também este Governo que procedeu à revisão trimestral do abono de família.

Estas são medidas sérias e que permitem fazer um debate de futuro, que não está amarrado ao despesismo que apenas subsidia sem critério, porque, mesmo quando havia esses abonos, sabemos que as taxas estiveram sempre em queda — aliás, desde os anos 80 que isso tem acontecido.

O Sr. **Adão Silva** (PSD): — Muito bem lembrado!

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Ao fim de 3 minutos e 40 segundos, continua com a lengalenga do costume! Diga lá alguma coisa de novo!

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — Deixemos este debate fora daquilo que são os arames do mediatismo, da crítica fácil ou da promessa irrealista de medidas que não podem ser acauteladas, de reposição de subsídio, porque essa matéria é muito mais complexa do que isso.

A defesa da família, independentemente da sua forma de constituição e natalidade, tem sido uma constante deste Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Não me parece que as propostas aqui hoje apresentadas sejam responsáveis, realistas ou ponderadas, são apenas uma forma, que não é construtiva, de abordar o tema, não dignificando a família.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo Bloco de Esquerda, dou, agora, a palavra à Sr.^a Deputada Cecília Honório para uma intervenção.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda acompanha o debate e as iniciativas legislativas de Os Verdes e do PCP, saúda a sua oportunidade e releva que, pela discussão que fizemos até agora, o CDS aponta no retorno das mulheres para casa como uma das soluções para resolver o problema da crise demográfica e o PSD, basicamente, o que nos vem dizer é que apoiar as famílias com mais dificuldades é absolutamente desnecessário, é uma medida completamente gratuita. Tornemos sério este debate, porque é sobre o futuro do País que falamos.

Nesse sentido, acompanhamos o diagnóstico que é feito nestas iniciativas legislativas, nomeadamente no que diz respeito ao aumento dramático do risco de pobreza infantil, à denúncia das situações de carência alimentar que tantas escolas têm feito, ao agravamento do risco de pobreza das famílias monoparentais e ao silêncio grotesco perante estas situações dramáticas.

Nesse sentido, acompanhamos quer as medidas de Os Verdes, relativamente à necessidade da alteração de fundo das políticas em curso, e, ao mesmo tempo, as iniciativas e as propostas do PCP quanto ao reforço dos direitos de maternidade e paternidade e à inevitabilidade de reforçar o acesso ao abono de família.

E fazemo-lo hoje, quando o vosso responsável por um plano para a alteração desta crise demográfica que colocará o País numa situação insustentável daqui a 50 anos — é ele que o diz —, veio denunciar que as empresas afinal pressionam as trabalhadoras para não terem filhos durante os primeiros cinco anos. É disto que deveríamos estar a falar, é desta vergonha o problema com que hoje nos confrontamos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — São os empresários, os empregadores de que tanto falam que vêm dizer: «Ou trabalham ou têm filhos. As duas coisas não dão»!

Portanto, é preciso perceber como é que o PSD quer conciliar carreiras com família, quando a denúncia de fundo, a denúncia do dia é a pressão dos empresários, que vêm dizer: «Ou têm famílias ou têm trabalho. As duas coisas são muito para as mulheres portuguesas.

É o atraso, são as soluções de atraso, é tudo isto que é preciso discutir e é esse debate que merece toda a seriedade, pelo menos da nossa parte.

Aplausos do BE.

A Sr.^a **Presidente**: — Pelo PS, tem a palavra a Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos para uma intervenção.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não sendo a natalidade uma preocupação de hoje ou uma preocupação que surgiu com o início das crises internacional e europeia que afetam o nosso País desde 2008, os números da natalidade que se registaram nos últimos três anos refletem uma diminuição trágica, alarmante e absolutamente impossível de desvalorizar ou relativizar.

Em 2013, ficámos abaixo, pela primeira vez desde que há registo, não dos 100 000 nascimentos por ano, não dos 90 000 nascimentos por ano, mas dos 85 000 nascimentos por ano, caminhando a passos largos para menos de 80 000 nascimentos por ano.

E se a realidade preocupante da natalidade em Portugal é tão clara quanto dramática, também é verdade que os estudos de caso de vários países que conseguiram inverter taxas de natalidade baixas indicam muito claramente quais são os quatro eixos de políticas públicas em que é preciso intervir para ajudar à inversão de taxas de natalidade baixas. São eles, como já tive oportunidade de dizer noutros debates: o eixo dos apoios sociais; o eixo da política fiscal; o eixo dos equipamentos sociais, desde logo na primeira infância; e o eixo da conciliação da vida familiar e profissional, através, por exemplo, da legislação laboral.

No entanto, não podemos falar dos eixos essenciais de uma estratégia de políticas públicas para inverter baixas taxas de natalidade sem falar de duas questões prévias que são decisivas na opção dos casais em terem mais ou menos filhos: confiança e emprego.

Ora, se há realidade que, de há três anos para cá, os portugueses e as famílias em Portugal não conhecem é confiança e emprego. Aumentou, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o número de desemprego de forma galopante. As descidas ligeiras que se verificaram nestes números acontecem com a diminuição do emprego, da taxa de atividade, com o aumento dos desencorajados e o número de pessoas e famílias que emigram.

Hoje, os trabalhadores desempregados sem qualquer apoio são mais de metade e a prestação social que devia apoiar os que já não têm qualquer apoio ou o RSI não chega e não tem a eficácia que deveria ter no apoio às famílias, a muitas crianças para quem o RSI deveria ser a garantia de mínimos de dignidade e de condições de vida.

Em função desta realidade, infelizmente, aumentou a pobreza, aumentou em todos os grupos sociais, aumentaram as desigualdades.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, perante esta realidade, para este Governo, imaginem que uma criança cuja família recebe o RSI pode viver e vale menos de 2 € por dia. Para este Governo, menos de 2 € por dia é suficiente para apoiar uma criança de forma a que esta viva dignamente.

É perante este cenário, que todos conhecemos, que devemos fazer a pergunta: o que faz o Governo, o que fez o Governo, no Orçamento para 2014? Manteve todas as políticas que nos fizeram retroceder mais de uma dezena de anos na criação de riqueza, nos níveis de emprego, nos níveis de investimento e, claro, atingimos recordes de mínimos de natalidade e recuámos para níveis de pobreza e de desigualdade que tínhamos vindo a conseguir combater.

É por isso, Sr.^a Deputada Nilza de Sena, que, perante esta realidade, as propostas do PSD e o grupo de trabalho criado no âmbito do último Congresso do PSD não são apenas medidas insuficientes, algumas até erradas, para promover a natalidade, são, sobretudo, medidas que não enganam nem convencem ninguém.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Com estes números e perante aquela que é a realidade de hoje do País e das pessoas, só há uma conclusão a tirar sobre a ética na austeridade deste Governo e desta maioria: falhou, rotunda e inaceitavelmente!

A Sr.^a **Presidente:** — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Falhou por medidas insuficientes face à dimensão do problema, como é o caso da majoração do subsídio de desemprego para casais desempregados,...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — ... mas também falhou por medidas erradas por que este Governo optou, quando apostou tudo e reduziu as respostas sociais quase exclusivamente às cantinas sociais, desistindo e fragilizando o rendimento social de inserção.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — O Governo gasta mais com as cantinas sociais do que gasta com o rendimento social de inserção.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

E qual foi o resultado?

A Sr.^a **Presidente:** — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Vou concluir, Sr.^a Presidente.

Qual foi o resultado, Sr.^{as} e Srs. Deputados da maioria? Gastam mais com a pobreza a aumentar, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

A Sr.^a **Presidente:** — Sr.^a Deputada Sónia Fertuzinhos, queira concluir.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Vou mesmo concluir, Sr.^a Presidente.

Portanto, há medidas com as quais o Partido Socialista está de acordo e há outras com as quais não estamos de acordo, nas propostas que apresentam. Mas estes projetos de lei e este projeto de resolução têm a vantagem de nos fazer discutir esta questão de novo.

A Sr.^a **Presidente:** — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Agora, há uma questão que é indiscutível: enquanto não pararmos com a austeridade destruidora, não há boas intenções que resolvam o problema da natalidade, em Portugal.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Presidente**: — Srs. Deputados, mesmo contando com a benevolência da Mesa, peço-lhes que respeitem mais o tempo regimental de intervenção.

Dou, agora, a palavra à Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês Teotónio Pereira, em 2010, o CDS apresentava uma proposta igual àquela que o PCP hoje apresenta.

Vozes do PCP: — Ah!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Hoje, considera-a uma medida avulsa; quando está na oposição, faz disso jogo político, Sr.^a Deputada.

Aplausos do PCP.

Importa também referir, relativamente a esta discussão, que PSD e CDS nada têm a dizer sobre as propostas concretas que aqui trazemos. Propomos a criação de uma licença de maternidade por prematuridade. Da parte do PS, do PSD e do CDS, não há uma palavra sobre esta matéria.

Propomos que, em caso de despedimento coletivo, a trabalhadora grávida possa ser reintegrada numa empresa do grupo. O PS, o PSD e o CDS também nada têm a dizer sobre esta matéria.

Propomos a reposição dos 4.º e 5.º escalões do abono de família, porque qualquer criança que, hoje, viva num agregado familiar com mais de 628 € de rendimentos não tem direito ao abono de família. PS, PSD e CDS têm a responsabilidade, ao terem retirado o abono de família a mais de 1 milhão de crianças no nosso País, e isso é um sinal de retrocesso civilizacional, do qual PS, PSD e CDS não se livrarão.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Quero também dizer o seguinte: entendemos aqui que o PSD e o CDS nada tiveram a dizer sobre a violação dos direitos de maternidade e paternidade, nada tiveram a dizer sobre o facto de haver mulheres, às quais, hoje, no final de uma entrevista de emprego, é perguntado se estão a pensar em engravidar ou a idade dos filhos, enfim, nada tiveram a dizer sobre esta matéria porque convivem bem com esta realidade, porque esta realidade é inseparável da política de direita, de agravamento da exploração e de empobrecimento.

O compromisso deste Governo é com o agravamento da exploração, é com a destruição da contratação coletiva, não é com a natalidade.

Protestos do Deputado do PSD Adão Silva.

Por isso, o PCP traz hoje aqui propostas para todos aqueles que, fora da demagogia e da hipocrisia política, queiram estar ao lado de políticas natalistas. O que é que propomos aqui? É o reforço de direitos individuais e coletivos das mães e dos pais trabalhadores, para que este possa ser um País de progresso e justiça social. É que, da parte deste Governo, é só mesmo retrocesso civilizacional.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavras a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero dizer que fiquei profundamente preocupada com aquilo que ouvi por parte da maioria neste debate. É que a maioria não só criticou aqueles que trazem aqui soluções concretas como demonstrou que não tem nenhuma solução alternativa para o problema.

Julgo que a intervenção do CDS foi claríssima quando, ao gravíssimo problema da natalidade e à crise que se está a abrir com o problema da natalidade, em Portugal, pôs o rótulo de «inevitabilidade» — isto é «deixar cair os braços»!

O PSD disse que era um problema tão complexo que era preciso ouvir pessoas. Veja bem, Sr.^a Deputada, que eu pensava que o Governo tinha criado o grupo de trabalho para a apresentação de propostas concretas, para o Governo depois tomar medidas concretas. Mas não. Hoje, ficámos a saber que não, não é para isso. É para ouvir! Ou seja, é para distrair, Sr.^a Deputada!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Isto é gravíssimo, gravíssimo.

Aliás, já desconfiávamos disto. E porquê? Porque criaram um grupo de trabalho, de onde poderiam até sair medidas sérias que iriam exatamente ao encontro daquilo que Os Verdes hoje propõem — e o debate está feito, Sr.^a Deputada, o País não só foi ouvido como sente concretamente esta realidade e toda a gente sabe que a solução passa designadamente pela alteração substancial de políticas —, mas o Governo, simultaneamente, lançou o DEO. E o DEO diz o quê? Que nada disto é para alterar, porque a austeridade é para continuar, porque a pobreza se vai agravar, porque vamos continuar a aumentar impostos, porque vamos agravar contribuições para a segurança social, etc. Portanto, isto não para. A política antinatalista não para, é para continuar. Parará, eventualmente — assim esperamos —, quando o Governo cair. E, portanto, até para resolver esse problema dessa crise estrutural relativa à natalidade e à fecundidade que se está a criar e a agravar, neste País, com o Governo, é preciso mandar o problema embora, ou seja, mandar o Governo embora. É que, de facto, o Governo não traz solução, a maioria não traz solução; o que trazem, na verdade, é o problema e o agravamento do problema.

Agora, Sr.^a Deputada do PSD, gostaria de lhe dizer o seguinte: a Sr.^a Deputada achava que nós, aqui, tínhamos de apresentar linhas orientadoras. Lamento que a Sr.^a Deputada venha para o debate sem ler os projetos em causa,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É um facto!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — ... porque o projeto de Os Verdes faz exatamente isso, ou seja, faz a apresentação de princípios orientadores para resolver o problema gravíssimo da natalidade e da fecundidade, em Portugal.

A Sr.^a **Nilza de Sena** (PSD): — Tenho-o aqui!

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Tem-no aí, tem, mas, pelos vistos, não o leu!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Ou, se leu, tinha de ter a honestidade intelectual para dizer que é justamente isso que faz o projeto de Os Verdes.

Agora, que o projeto de Os Verdes combate as políticas do Governo, naturalmente, combate!

A Sr.^a **Presidente**: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Concluo, Sr.^a Presidente. E para dizer o quê? Que o problema só se resolve com a quebra das políticas que o Governo e a maioria têm vindo a implementar.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente**: — A Mesa terá o cuidado de advertir os Srs. Deputados antes de terminar o tempo de que dispõem para intervir, para podermos controlar melhor o respeito pelo tempo regimental de intervenção.

Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte, que consiste na apreciação da Conta Geral do Estado de 2012.

Está já inscrito para intervir o Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

Tem a palavra, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (Hélder Reis): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos aqui hoje para a aprovação da Conta Geral do Estado de 2012, a qual apresenta, na essência, os resultados orçamentais alcançados e que decorreram da estratégia orçamental seguida, tendo em conta os objetivos a alcançar em matéria de contas públicas.

A política orçamental, em 2012, foi fortemente condicionada pela necessidade de dar cumprimento aos compromissos assumidos pelo Estado português no contexto do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, acordado com a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu.

O desequilíbrio das contas públicas, aliado ao objetivo da sua gradual correção, levou à necessidade de implementar, em 2012, um conjunto amplo de medidas de consolidação orçamental, tanto do lado da despesa como do lado da receita.

Adicionalmente, o contexto económico adverso e incerto conduziu à necessidade de apresentação de dois orçamentos retificativos. Paralelamente, aquando do quinto exame regular do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, procedeu-se à revisão do objetivo para o défice orçamental das administrações públicas para 5% do PIB, mais 0,5 pontos percentuais do que o limite definido inicialmente.

No que respeita ao enquadramento macroeconómico, a atividade económica registou uma contração superior ao inicialmente previsto e a taxa de desemprego superior ao inicialmente estimado, gerando pressões adicionais quer do lado da receita quer do lado da despesa.

Por outro lado, as necessidades líquidas de financiamento face ao exterior refletiram uma correção de desequilíbrio externo mais rápida do que o esperado.

Em termos de resultados orçamentais, o saldo estrutural em contas nacionais cifrou-se em 6,4% do PIB. No entanto, no âmbito do Programa de Ajustamento, algumas operações orçamentais tiveram um tratamento estatístico diferenciado, pelo que o saldo orçamental relevante para efeitos de Programa foi de 4,7% do PIB, cumprindo-se, assim, o objetivo estabelecido no Programa.

Face ao ano anterior, do lado da receita, assistiu-se a uma forte contração da receita fiscal, em linha com a contração da atividade económica, e, do lado da despesa, com exceção das prestações sociais e dos juros, a generalidade das rubricas registaram uma redução.

Face às previsões iniciais, os desvios mais significativos ocorreram na receita fiscal e contributiva, reflexo da contração da procura interna e da dinâmica do mercado de trabalho diferentes do inicialmente esperado.

Em sentido contrário, a despesa com as prestações sociais ficou acima das previsões, em parte justificado pelo efeito induzido pelos estabilizadores automáticos.

Em termos de ajustamento estrutural, o saldo estrutural melhorou de 6,5% do PIB, em 2011, para 4,2%, em 2012, o que traduz uma melhoria de mais de 4 pontos percentuais do PIB, face ao valor registado em 2010 e um resultado melhor do que o registado em 2008.

O saldo primário estrutural registou um valor marginalmente positivo, de 0,1% do PIB. Para este resultado contribuiu a concretização das medidas de consolidação adotadas em 2012.

A dívida pública atingiu o valor de 124,1% do PIB, mais 15,8 pontos percentuais face ao ano anterior, explicados maioritariamente pelo efeito «bola de neve» e pelos ajustamentos défice/dívida.

Apesar do contexto económico adverso, a trajetória de consolidação orçamental, iniciada em 2011, manteve-se em 2012, contribuindo, assim, para restaurar a credibilidade do País e prosseguir a trajetória de recuperação da sustentabilidade das finanças públicas portuguesas, sem a qual não teria sido possível concluir com sucesso o Programa de Ajustamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente António Filipe.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pergunto se algum dos Srs. Deputados está interessado em intervir sobre este ponto.

Pausa.

Os Srs. Deputados Cristóvão Crespo e Pedro Nuno Santos fazem sinal à Mesa de que pretendem intervir. Qual dos Srs. Deputados é que se inscreveu primeiro? É que não houve qualquer comunicação dos grupos parlamentares para a Mesa e, portanto, estamos a funcionar por sinais.

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Filipe Soares está também a fazer sinal à Mesa para intervir?

Srs. Deputados, decididamente, isto não é método.

Tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, foram inscrições feitas em simultâneo e daí, creio, a dificuldade em perceber quem se inscreveu primeiro.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Sr. Deputado, com um bocadinho de boa vontade...

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, isto também denota o tipo de debate que estamos a fazer, porque é um debate sobre a Conta Geral do Estado de 2012 quando o mundo mudou bastante desde 2012.

É verdade que a reflexão que devemos ter é sobre se este debate não deveria acontecer mais cedo. Ora, sobre isto, o Bloco de Esquerda insiste nas suas propostas: deveríamos ter este debate pelo menos no ano civil seguinte ao da execução orçamental em debate.

Sabemos que é preciso alterar a Lei de Enquadramento Orçamental. Fizemos propostas sobre isso. cremos que esse debate até pode ser profícuo no futuro. Veremos, mas, em todo o caso, o debate que agora aqui nos traz é sobre 2012.

Discordamos um pouco sobre o que disse o Sr. Secretário de Estado quer relativamente às condições que conduziram às escolhas das políticas levadas a cabo quer quanto aos resultados que foram apresentados em 2012.

É certo que à Conta Geral do Estado não cumpre o papel de comparação entre a intenção e a ação, mas convém ver qual era a intenção do Governo, as previsões do Governo quer para a economia quer para o emprego e como elas foram completamente atropeladas pela realidade em 2012.

O Governo tinha sido muito otimista quer sobre a contração da economia quer sobre o aumento do desemprego e o que vimos foi que a estratégia da austeridade a «todo o vapor» foi, de facto, uma brutalidade sobre a vida das pessoas, com o desemprego a chegar a níveis estratosféricos, com um salto imprevisível para o Governo e com a economia nacional também a cair brutalmente, com uma contração de que não havia memória.

Poderia ter sido diferente? A resposta é: sim, poderia. Não, como dirá o Partido Socialista, com uma austeridade mais boazinha, mas, de facto, sem medidas de austeridade. É que não é possível, num contexto de decrescimento económico, de contração, termos um Governo que prefere a austeridade, com isso agudizando todos os problemas que as pessoas sentem, sem que a economia se ressinta desta política.

Poderia ter sido diferente? Poderia, com políticas de crescimento. Assim não foi a escolha do Governo. E, como nós percebemos, não foi uma escolha por ser inevitável seguir o caminho que o Governo quis traçar. Não é verdade. Basta ver o que diz o Tribunal de Contas sobre os benefícios fiscais para percebermos que podia ter sido diferente a política do Governo. Só em benefícios fiscais que não estão devidamente justificados foram dois submarinos num ano! Ora, aí está uma política diferente, e essa política diferente poderia, por exemplo, ter servido para pagar os salários e os subsídios que foram cortados no ano de 2012.

Ora, esses cortes resultaram numa destruição da economia, num empobrecimento do País, em mais desemprego e em deitar por terra a qualidade de vida que os portugueses construíram durante décadas. Ora, 2012 é esse o espelho de uma governação mais vocacionada para empobrecer do que para resolver os problemas do País ou para o fazer.

O exemplo que dou é o da dívida pública. Também a dívida pública subiu, em 2012, para lá do que era previsto, quer pelo Governo, quer pelo Programa de Ajustamento, anteriormente.

Ora, provou-se, então, que todos os sacrifícios para corrigir a dívida não valeram de facto a pena, porque a dívida aumentou e os sacrifícios vieram sempre em dobro, cada vez mais, a cada ano que passou, com este Governo.

Sr. Presidente, termino dizendo que votamos contra a Conta Geral do Estado naquela que é a sua escolha política, sabendo que havia alternativas que protegessem as pessoas e não que colocassem os interesses das finanças e dos grandes grupos económicos acima da proteção que era devida às pessoas que vivem e trabalham neste País.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Cristóvão Crespo.

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a e Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O ano de 2012 marcou definitivamente o reganhar de credibilidade do País perante os credores internacionais, num contexto de extrema dificuldade quer interna quer externa. Dificuldade interna porque o País perdeu a capacidade de se financiar em mercado aberto. Dificuldade externa porque ocorreu uma forte desaceleração da economia mundial, em particular da União Europeia e da zona euro.

Mais uma vez os partidos da maioria foram chamados a responder a uma situação de emergência de que não foram os causadores. Foi assim em 2002, depois de um Governo socialista ter deixado o País à beira do pântano. Foi assim em 2011, depois de um Governo socialista ter deixado o País à beira da bancarrota.

Por outro lado, verificou-se o alargamento do perímetro orçamental do Orçamento do Estado e da Conta Geral do Estado, reclassificando 53 entidades públicas no setor dos serviços e fundos autónomos.

Citando o parecer da UTAO, o ano de 2012 «foi marcado pela continuação da recessão da economia portuguesa, num contexto de abrandamento da economia mundial e de recessão na área do euro. Este contexto macroeconómico demonstrou-se mais adverso do que o inicialmente previsto, o que terá motivado a revisão de alguns dos objetivos orçamentais estabelecidos no âmbito da assistência financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional».

A nível internacional a economia mundial registou, em 2012, uma desaceleração face a 2010 e a 2011.

A zona euro entrou em recessão, registando-se uma retração do PIB de 0,6%, tendência similar ao conjunto da União Europeia, cuja retração correspondeu a 0,3%.

Apesar destes constrangimentos, verificámos, em 2012, na Administração Pública, que o saldo global (ajustado) melhorou face a 2011.

Em 2012, o saldo global, em termos ajustados, registou uma melhoria em 0,3 pontos percentuais do PIB, face a 2011, a qual resulta, em valor nominal, numa redução de 854 milhões de euros.

Olhando para a despesa, regista-se uma execução no subsector Estado superior ao previsto inicialmente, resultante sobretudo das verbas atribuídas ao Serviço Nacional de Saúde para efeitos de regularização de dívidas de anos anteriores, quase a atingir os 2000 milhões de euros.

De destacar ainda a rubrica Juros e Outros Encargos, cuja execução ficou aquém do inicialmente previsto em cerca de 1100 milhões de euros, justificada pela poupança dos encargos inerentes ao mecanismo de apoio financeiro a Portugal, algo que o País ganhou exatamente por esta credibilidade.

O saldo global das entidades públicas reclassificadas foi negativo no valor de 834 milhões de euros, em 2012, justificado essencialmente e em grande medida pelo investimento para a cobertura das despesas da Estradas de Portugal, SA e da Parque Escolar, EPE, bem como para pagamento de juros e outros encargos financeiros.

A celebração do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em Maio de 2011, conduziu à substituição do financiamento de médio e longo prazos, através do recurso ao mercado da dívida, por empréstimos concedidos pelo Banco Central Europeu, pela Comissão Europeia e pelo FMI.

O ano de 2012 foi marcado pela execução do Programa, tendo-se registado um défice das administrações públicas, na ótica de contabilidade nacional, de 6,4% do PIB, mais 2 pontos percentuais do que em 2011. Contudo, considerando as correções subjacentes ao acordo, o saldo orçamental, em 2012, situou-se nos 4,7% do PIB, abaixo do limite definido de 5%.

Em termos de saldo estrutural, existe uma redução do défice de 6,6% do PIB, em 2011, para 4,2% do PIB, em 2012, tendo contribuído para este resultado a adoção e concretização de adequadas medidas de consolidação orçamental.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Cristóvão Crespo** (PSD): — Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, termino dizendo que estas medidas de consolidação orçamental permitem-nos hoje ter ainda os resultados que obtivemos ao nível da dívida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta é a primeira Conta Geral do Estado do primeiro Orçamento do Estado da maioria.

Estamos a confrontar os resultados com o que estava previsto no Orçamento do Estado. O Sr. Secretário de Estado falava de desvios na recessão, desvios na receita fiscal, desvios no desemprego previsto, como se nada disto tivesse a ver com a opção de duplicar a austeridade no Orçamento para 2012. Não são variáveis exógenas, dependem da política do Governo, são responsabilidade da política que estava inscrita no Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado Cristóvão Crespo precisou de recusou a 2002, de falar de um pântano em 2002, para não falar de 2012, e justifica os desvios de 2012 com a crise internacional. Descobriu a crise internacional — vejam só! — em 2012.

Risos de Deputados do PS.

Não! O primeiro Orçamento do Estado deste Governo é o primeiro Orçamento da estratégia do *front-loading*, do carregar. Duplicaram a austeridade que estava prevista no Memorando de 4,8 mil milhões de euros para 9,6 mil milhões de euros. Como era óbvio, as consequências fizeram-se notar da maneira mais dura para os portugueses e a recessão teve um desvio que foi bem mais grave do que aquele que os senhores previram. Qual é a explicação? Queda da procura interna de 6,6%. Porquê? O consumo privado caiu 5,4% e o investimento caiu 14,3%. Isto explica a recessão, recessão explicada pela austeridade em dobro que os senhores impuseram em 2012.

Esta recessão teve custos, desde logo custos fiscais: perda de receita nos impostos diretos, em 700 milhões de euros, nos impostos indiretos, em 2700 milhões de euros, nas contribuições sociais, em 900 milhões de euros, e aumento da despesa do desemprego adicional e apoio ao emprego, em 500 milhões de euros. A recessão custou 4800 milhões de euros.

Com este Orçamento, destruíram 4000 milhões de euros de receitas fiscais. Destruíram, em 2012, 400 000 empregos. Esta é a estratégia do *front-loading*, é a estratégia da austeridade em dobro, que os senhores impuseram em 2012.

Aplausos do PS.

Mas os problemas que enfrentamos não são só em 2012, têm consequências para lá de 2012. As consequências deste Orçamento do Estado redundam, por exemplo, numa queda de investimento em cerca de 30% — o investimento público caiu em cerca de 40%.

Entretanto, também no capital humano, dois terços do desemprego é de longa duração. São desempregados com baixas qualificações, com idade avançada, desempregados há mais de um ano que poderão estar a fazer o mesmo caminho que os 300 000 desencorajados já fizeram. Isto é, 300 000 trabalhadores, em idade de trabalhar, desistiram de procurar emprego e já saltaram fora da estatística, para além dos jovens trabalhadores portugueses que emigraram ao longo destes anos.

Isto é, a austeridade teve consequências de imediato mas tem também consequências graves para enfrentarmos o futuro. É que, obviamente, um País que tem uma queda acumulada de 30% no investimento é um País impreparado para enfrentar o futuro.

E nós, em 2013, já sabíamos alguma coisa mais sobre austeridade. É que nós, em 2013, já sabíamos que quando se alivia a austeridade estamos mais perto de atingir as metas, e já devíamos saber, hoje — tínhamos obrigação de saber! — que a austeridade é nossa adversária, que a austeridade empobrece o País e destrói as possibilidades futuras de desenvolvimento.

Infelizmente, o que é que o Governo nos diz? Temos austeridade para eternidade, se não nos conseguirmos livrar de vós!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nenhum de nós olha para o ano de 2012 com alegria. Foi certamente um ano extraordinariamente difícil. Por isso, quando neste debate se dizia que o mundo já mudou bastante, eu digo: ainda bem que mudou, porque, certamente, não queremos repetir o ano de 2012.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Porém, não posso deixar de notar, com alguma estranheza, que se diga com absoluta facilidade que as consequências de 2012 se fazem sentir ainda hoje e que 2012 é uma pura consequência da atuação do Governo e nada tem a ver com o passado de Portugal.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Nada, nada!...

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Isso é que é difícil de explicar.

Srs. Deputados, de duas, uma: ou o País nasce todos os anos e nada do que se passa tem a ver com o seu passado — hipótese que me parece manifestamente falaciosa — ou, então, as coisas têm uma causa.

Portanto, vale a pena analisarmos o ano de 2010, que, repito, foi extraordinariamente difícil não só a nível do crescimento económico ou, melhor, da recessão mas, sobretudo, pelos níveis do desemprego extraordinariamente altos que se verificaram e que — também é bom dizê-lo nesta Câmara — estão a ser revertidos. Quer aquilo que se passou com a economia portuguesa, quer o que se passou com os níveis de desemprego está ser integralmente revertido neste momento, e atravessamos já uma situação completamente diferente. Gostávamos que fosse mais rápido? Com certeza que gostávamos, mas não estamos a corrigir alguns anos de erro, estamos a corrigir décadas de erros.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Voltando às causas profundas de 2012, sempre que temos este debate fico a mesma dúvida. Toda a oposição nos diz que era bom que tivéssemos tido outras políticas, chega

de austeridade, não devíamos ter tido políticas de austeridade. Gostava de saber como é que os Srs. Deputados estavam a planear financiar tais políticas.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Não sei se sabem mas, se por acaso não tivéssemos acesso a financiamento, a austeridade teria sido muito pior, porque mesmo estas medidas de austeridade implicaram pedir dinheiro emprestado. E tanto assim foi que a dívida aumentou.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Portanto, era bom que quem defende outras políticas também pudesse explicar aos portugueses como é que as vai financiar. É que outras políticas, todos gostávamos de ter, Srs. Deputados, só que é preciso dinheiro!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Já agora, quanto ao dinheiro, deve dizer-se que alguém o gastou em anos passados e isso também tem alguma coisa a ver com o que se passou em 2012. E já nem vou falar do Memorando, porque parece que o Memorando «aterrou» em Portugal, bem como a troica, sem que ninguém a tenha chamado. Sei quem a chamou e não foi ninguém que está nestas bancadas. Convém não nos esquecermos disso!

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Convém também não nos esquecermos por que é que Portugal deixou de ter acesso aos mercados.

Mais profundo ainda: convém também percebermos que as políticas de equilíbrio orçamental e as políticas de consolidação orçamental são importantes precisamente para que, numa altura de recessão económica, numa altura em que haja uma crise financeira profunda como aquela que Portugal teve, possamos, com despesa pública, reequilibrar o problema conjunturalmente. E isso não se pôde fazer, teve de se fazer exatamente o contrário, porque as políticas orçamentais dos anos anteriores tinham sido absolutamente irresponsáveis. Não vamos branquear a história, foi isto que se passou.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Meireles** (CDS-PP): — Muito obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

Há duas perguntas que ficam sempre por responder: por um lado, como é que se financiam outras políticas e, por outro, porque é que tudo isto aconteceu.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Srs. Deputados: Na Conta Geral do Estado de 2012 merece destaque a denúncia feita pelo Tribunal de Contas da omissão, por parte do Governo, de 1045 milhões de euros de benefícios fiscais atribuídos a grandes empresas, em sede de IRC.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Este valor é substancialmente superior aos benefícios fiscais declarados na Conta Geral do Estado. Ou seja, aquilo que o Governo escondeu é muito mais do que aquilo que revelou.

Ao mesmo tempo que cortava salários e pensões, que confiscava os subsídios de férias e de Natal, que reduzia ou eliminava prestações sociais, que prosseguia o desmantelamento das funções sociais do Estado, na saúde, na educação e na segurança social, que preparava um inqualificável saque fiscal aos rendimentos do trabalho, o Governo, em 2012, favorecia os interesses das grandes empresas, atribuindo-lhes, nas costas do povo, mais de 1000 milhões de euros de benefícios fiscais.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Tentando justificar o assalto aos rendimentos de quem vive do seu trabalho, o Governo e a maioria que o suporta proclamavam que o País estava perto da bancarrota e que era necessário fazer sacrifícios. «Não há dinheiro!» — diziam. Mas houve dinheiro, muito dinheiro, para conceder benefícios fiscais às SGPS (sociedades gestoras de participações sociais).

Vozes do PCP: — Exatamente! Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Mas o Relatório do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2012 contém mais revelações.

São apresentados dados sobre a evolução da despesa fiscal associada aos benefícios fiscais. O que esses dados nos dizem é simplesmente isto: em todos os impostos, a despesa fiscal diminuiu, com exceção do IRC, em que a despesa fiscal subiu. Se incluirmos os 1045 milhões de euros omitidos pelo Governo, verifica-se que a despesa fiscal em sede de IRC é quase o triplo da despesa fiscal de todos os outros impostos tomados em conjunto.

Perante estas e outras denúncias do Tribunal de Contas, não admira que o Governo tenha criticado o Relatório do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado. O Governo não quer ser escrutinado pelo Tribunal de Contas e compreende-se bem porquê: distorce e omite dados fiscais com o objetivo de tentar sustentar a sua mentira sobre a repartição justa de sacrifícios.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Sr. Secretário de Estado, mas também Deputados do PSD e do CDS, nas suas intervenções, não falaram das pessoas. Esqueceram-se de falar das pessoas e das consequências que a política levada a cabo pelo Governo teve na vida das pessoas.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Por isso, Sr. Secretário de Estado, Srs. Deputados da maioria, temos de relembrar alguns dados relativos a 2012. A taxa de desemprego disparou, atingindo os 15,7%, aumentando três pontos percentuais; mais de 120 000 portugueses, nesse ano, foram forçados a emigrar e o número de pessoas em risco de pobreza aumentou, de acordo com dados recentes do INE, para 2,6 milhões. São estas as consequências que a vossa política, em 2012 e nos anos seguintes, tiveram na vida das pessoas.

Foi esta a opção ideológica e programática do Governo: espoliar os trabalhadores e o povo dos seus direitos e rendimentos, para garantir mais e mais lucros para o grande capital.

É esta política, na linha dos PEC (Programas de Estabilidade e Crescimento) e do pacto de agressão da troika, que o Governo quer perpetuar, usando agora o tratado orçamental. É uma política de retrocesso social, dirigida contra os trabalhadores, os reformados, as famílias, as pequenas empresas, contra as funções do Estado e dos serviços públicos e a favor, sempre a favor, Sr. Secretário de Estado e Srs. Deputados da maioria, dos grandes interesses económicos e financeiros.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É esta política que é preciso derrotar, abrindo caminho a uma alternativa patriótica e de esquerda ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, concluído este ponto da ordem de trabalhos, vamos passar agora ao quarto ponto da ordem do dia, que consta da apreciação conjunta da petição n.º 291/XII (3.ª) — Apresentada pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, solicitando à Assembleia da República a revisão do regime jurídico do arrendamento urbano não habitacional através da alteração de um conjunto de artigos do Código Civil e do NRAU e aditamento de novos artigos, e dos projetos de lei n.ºs 365/XII (2.ª) — Revoga a lei do novo Regime de Arrendamento Urbano (Revogação da Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro) (BE) e 620/XII (3.ª) — Revoga a Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, e suspende a atualização de renda dos diversos tipos de arrendamento, prevista na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, na sua versão originária, bem como a correção extraordinária das rendas previstas na Lei n.º 46/85, de 20 de setembro (PCP), na generalidade.

Para apresentar o projeto de lei do Bloco de Esquerda, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Pinto.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, as nossas saudações aos peticionários, que são mais de 4500, e às organizações que estiveram na origem desta petição.

Os peticionários contestam a aplicação do novo regime do arrendamento urbano ao arrendamento urbano não habitacional, dando inúmeros exemplos das consequências negativas e propondo um conjunto de alterações à Lei em vigor.

Esta petição confirma os efeitos de uma Lei errada e injusta. Passados quase dois anos da sua entrada em vigor, verificamos que o mercado de arrendamento não mostra sinais de dinamização, que os despejos se concretizaram — e de que maneira! — e que o valor das rendas disparou. Aliás, a petição é ela própria exhaustiva sobre o impacto no comércio local e nas microempresas.

Passaram dois anos e os partidos da maioria prometem alterações, que nunca se concretizam, sempre que se fala do tema. Nem sequer as tímidas propostas da Comissão de Monitorização chegam a esta Assembleia, em forma de projeto de lei, pelas bancadas da maioria.

O apoio social às famílias carenciadas, tão propagandeado pelo Governo, continua sem ver a luz do dia e os problemas persistem e agravam-se. Muitos, muitos, já ficaram para trás, Sr.ªs e Srs. Deputados, e apelo à vossa responsabilidade. Muitos ficaram para trás sem informação, sem apoio nenhum, deixaram a sua casa. Por isso, é altura de tomarmos em mão a resolução deste problema.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda entende que este problema não deve cair no esquecimento e propõe novamente a revogação da atual Lei, uma Lei que é errada e injusta. Assim houvesse coragem de tomar esta posição!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de lei do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O PCP saúda os promotores e os 4540 subscritores desta petição.

É uma iniciativa oportuna, pertinente, que vem suscitar o problema da lei das rendas, designadamente no caso do arrendamento urbano não habitacional, que é relevante para a atividade económica, quer no comércio, nos serviços, na restauração e bebidas, na hotelaria. Ou seja, trata-se dos impactos da chamada lei dos despejos em particular para as micro, pequenas e médias empresas.

Esta lei dos despejos já está a ter um impacto profundamente negativo. Na maioria dos processos de pedidos de despejo, desencadeados por senhorios ao abrigo desta lei, que já tiveram a respetiva decisão, o resultado foi a desocupação do imóvel.

Falamos apenas dos números oficiais, dos processos de despejo, que não refletem a situação dramática de beco sem saída de todos aqueles que constatarem que não podem continuar a trabalhar ou a viver onde estão. É assim que acontece este quadro de desastre económico e social, com o aumento incontrolável das despesas, nomeadamente com a renda destas casas, com o puro e simples encerramento das empresas, com a saída das pessoas das casas onde viviam.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É assim que estabelecimentos de norte a sul do País, de tantos setores e áreas, fecham as suas portas e alastra o drama do desemprego. Às vezes, fecham casas históricas de referência, cujo desaparecimento deixa as cidades, as vilas e o País mais pobres.

Houve empresas que ao longo dos anos tiveram de investir nas instalações, na sua adaptação às regras em vigor, no HACCP, ou seja, na Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo, com investimentos tantas vezes pesados, com um esforço enorme, que é assim recompensado com a ordem de despejo ou com a expulsão, pura e simples, por incapacidade económica relativamente ao novo quadro que esta Lei veio criar.

É imperativo pôr cobro a esta situação, não podemos aceitar que este regime continue em vigor.

O PCP não defende que fique tudo como estava na Lei anterior. Esta petição que estamos a discutir, caso os Srs. Deputados tenham lido, apresenta um conjunto exaustivo de medidas concretas para introduzir na legislação. Há outras medidas concretas que têm vindo a ser levantadas, inclusivamente, há pouco tempo, por um conjunto vasto de organizações, desde as várias associações dos inquilinos, à CPPME (Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas), ao MURPI (Confederação Nacional de Reformados Pensionistas e Idosos), etc.

Defendemos que o regime que estava em vigor seja retomado para que, com serenidade, com juízo, com bom senso, se possa garantir a sua melhor correção, mas o regime que está atualmente em vigor é desastroso do ponto de vista económico e social.

Vozes do PCP: — Exatamente! Essa é que é essa!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dizemos tudo desta vez: dizemos que estamos disponíveis para a discussão que seja necessária para retomar o regime que estava em vigor, para revogar este crime económico e social que é a lei dos despejos que o Governo e a maioria PSD/CDS impuseram ao País e que está a ser uma arma de ataque, está a encerrar as portas a tantas empresas e a despejar milhares de famílias de norte a sul do País. É preciso acabar com isto! Podemos discutir e trabalhar o regime correto, mas não com esta situação vergonhosa que os senhores estão a impor ao País.

Aplausos do PCP.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Prôa.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apreciamos hoje três iniciativas, uma petição e dois projetos de lei sobre o arrendamento urbano.

Sobre os projetos de lei, apresentados pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, direi apenas que servem tão-somente para cumprir calendário e não trazem nenhuma novidade ao debate, pois ficam-se pela defesa da revogação do atual regime jurídico do arrendamento urbano, aprovado nesta legislatura.

Protestos do PCP e do BE.

Estes projetos de lei resumem-se à defesa do regresso ao anterior regime, aquele que contribuiu para a estagnação do mercado de arrendamento,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E qual é o vosso contributo?

O Sr. **António Prôa** (PSD): — ... aquele que promoveu a especulação imobiliária, aquele que obrigou as famílias a hipotecarem uma vida para compra de habitação, aquele que expulsou jovens dos centros das cidades, aquele que promoveu a desertificação e a degradação dos centros urbanos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Não trazem nenhum contributo para o debate que importa fazer e no qual estamos, como sempre estivemos, disponíveis e empenhados, como melhorar o regime jurídico do arrendamento urbano.

Protestos do PCP e do BE.

Permitam-me, por isso, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, utilizar o escasso tempo de que dispomos na apreciação da petição apresentada pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, cujos representantes aproveito para saudar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, bem como os seus 4540 subscritores.

Uma saudação, desde logo, pela iniciativa de se dirigirem à Assembleia da República utilizando um mecanismo de intervenção cívica que deve ser valorizado e, sobretudo, pela atitude de uma organização tão representativa que, defendendo um ponto de vista que não é necessariamente o único em face dos diversos intervenientes e interessados nesta matéria particularmente complexa e sensível, apresenta propostas que podem contribuir para melhorar o atual regime jurídico do arrendamento urbano, especialmente na componente não habitacional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a atual lei, que alterou o regime jurídico do arrendamento, inclui condições necessárias para cumprir os objetivos de dinamizar o mercado de arrendamento, fomentar a reabilitação urbana e promover a mobilidade, incentivando a economia local.

Importa, no entanto, salvaguardar adequadamente o pequeno comércio de proximidade, que é parte da identidade das cidades, mecanismo de promoção de integração comunitária e fator de dinamismo da economia local.

A atual lei contém mecanismos de salvaguarda das situações mais frágeis. No entanto, pode e deve ser melhorada do ponto de vista da afinação e eficácia desses mecanismos, bem como da correção dos instrumentos de proteção ao pequeno comércio e ao comércio tradicional.

Neste sentido, o Governo, através do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, com uma atitude de total abertura e disponibilidade que importa assinalar, comprometeu-se a apresentar no Parlamento as melhorias à Lei consideradas adequadas tendo em atenção as conclusões da Comissão de Monitorização.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **António Prôa** (PSD): — Termino já, Sr. Presidente.

Ora, o trabalho desta Comissão foi recentemente concluído. É uma Comissão que envolve todos os interessados, e aproveito para elogiá-la pelo interessante trabalho mas também pelo exemplo de cooperação entre intervenientes com pontos de vista muito diferentes.

Aguardamos, por isso, a iniciativa do Governo, que deverá ser o momento de efetuar uma avaliação da questão do arrendamento urbano nas várias vertentes, discutindo e propondo as melhorias necessárias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Altino Bessa.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de começar por cumprimentar os peticionários, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, e fazer uma análise daquilo que o CDS entende relativamente a esta petição.

Desde logo, é saudável que as confederações, através do mecanismo legislativo da petição, possam trazer à Assembleia da República as suas preocupações. Mas também não é menos verdade que o Governo e a tutela têm mostrado total disponibilidade e abertura para acompanhar algumas daquelas que são as vossas preocupações.

O CDS, como sempre, terá também abertura nesta matéria concreta do arrendamento não habitacional, mas também no habitacional, para eventualmente fazer afinações e melhorias a uma lei que, convém lembrar, foi imposta pelo Memorando de Entendimento que foi negociado com o Partido Socialista.

Convém sempre relemburar isto porque há pessoas que parece que se esquecem que estava no Memorando de Entendimento a necessidade de alteração à lei do arrendamento.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Convém lembrar também que esta lei ainda não tem dois anos. Ora, é evidente que uma lei com esta complexidade poderá ter de sofrer alterações e terá de ser analisada. Por isso, o próprio Governo criou uma comissão de acompanhamento, mas nem a comissão de acompanhamento pede a revogação da lei.

Os Srs. Deputados sabem que nesta comissão de acompanhamento estão representados todos os interessados nesta questão da lei dos arrendamentos, desde a Confederação, que está aqui presente, a todas as associações de inquilinos, a todas as associações de senhorios. Mas, repito, nem essa comissão pede a revogação.

E digo mais: nos três relatórios, mais concretamente nos dois primeiros, diz a Comissão de Monitorização: «Da informação disponibilizada pelos diversos membros da Comissão, verifica-se que tem estado a ser feito um esforço muito relevante por parte de todas as entidades envolvidas, no sentido de informar a população em geral e os senhorios e inquilinos em particular sobre os elementos essenciais da reforma de arrendamento operada. Mais se pode concluir que este esforço informativo de entidades públicas e privadas têm tido bons resultados, pois não foram relatados casos significativos, em termos quantitativos, em que o desconhecimento da lei tenha prejudicado gravemente os senhorios ou os inquilinos».

Esta é uma das conclusões da Comissão, que também apurou que já foi dado apoio, quer através do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP), quer através de registos telefónicos, quer através de contactos presenciais ou via *email*, respetivamente, a cerca de 50 000, 15 000 e 8 000 pessoas, para além dos atendimentos que foram feitos por todas as entidades envolvidas a mais de 65 000 pessoas.

Por isso, aquilo com que estamos aqui confrontados é mais uma vez com um número político do PCP e do Bloco de Esquerda que querem revogar uma lei relativamente à qual nem os próprios pedem a sua revogação, pedem, sim, ajustamentos e afinações, para os quais estamos disponíveis.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Estão disponíveis mas não fazem!

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — Há uma matéria que convinha ser aqui esclarecida, eventualmente até dentro do debate da disputa interna que existe no Partido Socialista. Isto porque o Partido Socialista, em proposta anterior do PCP, já votou favoravelmente a revogação desta lei e o PS de António José Seguro promete que, depois do próximo ato eleitoral vai revogar esta lei. Então, já agora, queremos saber o que o PS de António Costa promete, isto é, se promete a revogação desta lei ou não.

Este deveria ser um fator de discussão interna, porque não é de somenos importância, é muito importante para a vida dos portugueses saber o que cada um dos candidatos à liderança do Partido Socialista quer nesta matéria.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Farmhouse.

O Sr. **Pedro Farmhouse** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, as minhas primeiras palavras são, naturalmente, de saudação à Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e aos mais de 4500 cidadãos que, com a petição hoje em apreciação, apresentaram à Assembleia da República um conjunto de preocupações relativas à aplicação do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano e, em consequência — facto que assinalo como muito relevante —, um conjunto de propostas de alteração à legislação aprovada nesta Casa.

Saúdo também o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português por apresentaram duas iniciativas de âmbito mais largo. No entanto, nem uma nem outra são inovadoras, pois, como foi dito, já anteriormente aqui tinham sido apresentadas

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em fevereiro de 2014 — entre a apresentação dos segundos e terceiros relatórios da Comissão de Monitorização — realizou-se o Congresso do PSD.

Entre as ideias abordadas naquele evento, surge o seguinte *slogan*: «Sim a mais economia com mais sensibilidade: o arrendamento». Traduzido, claro está, em algumas considerações: «Esta lei envolve um forte impacto social; pode e deve ser melhorada na correção dos instrumentos de proteção ao pequeno comércio.

Em poucas áreas como na habitação se distingue a matriz ideológica de um partido na respetiva condução política. Importa pois, afirmar as preocupações sociais que são parte da identidade do Partido Social Democrata.

Melhor salvaguarda das entidades não enquadradas como microentidade mas classificáveis como microempresas e ajuste do período de transição dos contratos de arrendamento não habitacional».

Aliás, é prática deste Governo não cumprir sequer o que propõe no seu próprio Programa de Governo, o prazo de transição, e é assim muito curioso que, passados quatro meses desse Congresso, nada tenha sido feito.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ora aí está!

O Sr. **Pedro Farmhouse** (PS): — Promessas vãs, palavras ocas, nada a que não estejamos habituados.

Se é fácil declarar que as preocupações sociais são parte identitária do PSD, tal não tem correspondência com a realidade, pois foi esta maioria que fez aprovar, nesta Câmara, esta nefasta Lei, na qual não foram introduzidas ainda quaisquer alterações que minimizem os seus efeitos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou no momento oportuno um pacote legislativo que acautelava muitas das situações que hoje são identificadas como críticas, do ponto de vista económico e, sobretudo, do ponto de vista social.

Fizemo-lo com a convicção de que o País carecia de uma reforma no domínio do arrendamento e na dinamização do mercado, essencial para a revitalização das nossas cidades e para o crescimento da nossa economia. Propostas chumbadas pelo PSD e pelo CDS.

Desde 2012, quando a maioria impôs ao País a nova lei, temos vindo a apresentar propostas que poderiam mitigar os seus efeitos perniciosos, muito especialmente quanto aos inquilinos em situação mais vulnerável, propostas que a maioria sempre rejeitou, de forma liminar e insensível, pese embora as medidas e os argumentos apresentados.

Nem mesmo quando aludimos à garantia pública e formal dada ao Sr. Presidente da República sobre a proteção social dos arrendatários em situação de maior vulnerabilidade, esta deixou de ser atirada para as calendas: os arrendatários têm tempo, podem esperar, diz a maioria parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O Sr. **Pedro Farmhouse** (PS): — Termino já, Sr. Presidente.

A proteção social a lembrar-nos a rábula revisteira de Ivone Silva: «Com um vestido preto, eu nunca me comprometo».

É por isso que termino esta minha intervenção com a mesma convicção com que a iniciei, a de que este processo espelha, infelizmente, a verdadeira matriz ideológica do PSD e do CDS-PP, conservadora,

ultraliberal e muito pouco social, e só com um governo do Partido Socialista serão repostos os justos equilíbrios aqui exigidos pelos peticionários e pela Confederação do Comércio e Serviços de Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados António Prôa e Altino Bessa, dirijo-me a VV. Ex.^{as} porque foram aqui os porta-vozes das bancadas da direita, que sustentam o Governo, em relação a esta matéria.

Os senhores dizem que não há novidade nenhuma nos projetos de lei que foram apresentados pela esquerda. Pois não, Srs. Deputados, são exatamente os mesmos porque defendemos a revogação da lei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Srs. Deputados, os senhores é que deviam trazer as novidades. Os Srs. Deputados é que deveriam cumprir aquilo com que se comprometeram e não dizerem, pela 25.^a vez, que é preciso afinações e melhoramentos.

Srs. Deputados, chega! Estão aqui os peticionários, que não querem conversa, querem ação. Os senhores sabem o que é passar das palavras aos atos? Era aquilo que era preciso fazer.

Em nome da responsabilidade política, parem de fazer promessas que não cumprem.

A coleção das notícias dos jornais sobre os Deputados do PSD eleitos por Lisboa que insistem na alteração à lei das rendas vai crescendo e os senhores não fazem uma única proposta. Isto é completamente inadmissível em nome da seriedade da política. É completamente inadmissível.

Por isso, não acusem os outros, Srs. Deputados, assumam as vossas responsabilidades e não se esqueçam que desta bancada houve propostas, e muitas, na especialidade, inclusivamente propostas que eram do PSD e do Programa do Governo.

O Sr. **Altino Bessa** (CDS-PP): — E foram aceites!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Srs. Deputados, estão esquecidos do prazo de transição, dos 15 anos?! Os senhores falharam completamente, falharam às vossas próprias promessas e isso é inadmissível. Deviam mudar, era o mínimo que poderiam fazer.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, concluímos este ponto. Os projetos de lei serão votados na próxima sessão de votações, na sexta-feira.

Srs. Deputados, passamos agora ao próximo ponto da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação conjunta da petição n.º 335/XII — Apresentada por Pedro Filipe da Purificação (Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão), solicitando à Assembleia da República a defesa do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (CHBA) mantendo todos os serviços de especialidades, recursos humanos e materiais no Hospital de Portimão, e dos projetos de resolução n.ºs 973/XII (3.^a) — Contra a fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos num único centro hospitalar, pela melhoria dos cuidados de saúde na região algarvia (PCP), 1071/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo a extinção do Centro Hospitalar do Algarve e a criação de uma unidade local de saúde no Barlavento e outra no Sotavento algarvio (BE) e 1074/XII (3.^a) — Defesa da qualidade dos serviços hospitalares públicos no Algarve (PS).

Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por saudar os quase 7000 subscritores da petição promovida pela Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão em defesa do Centro

Hospitalar do Barlavento Algarvio e da manutenção de todos os serviços de especialidades dessa unidade hospitalar.

Os cuidados de saúde no Algarve degradaram-se de forma acentuada devido à política levada a cabo por sucessivos governos do PS, do PSD e do CDS de ataque ao Serviço Nacional de Saúde e de subfinanciamento crónico das unidades hospitalares.

Há um ano, o atual Governo desferiu mais um golpe contra os cuidados de saúde na região algarvia, ao impor a fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos num único centro hospitalar, uma medida que ocorreu à margem e em confronto com as populações, os profissionais de saúde e as entidades locais.

A opção do Governo de fundir os hospitais algarvios num único centro hospitalar não assentou em critérios clínicos, de acessibilidade dos utentes ou de qualidade do serviço, mas apenas em critérios de natureza economicista que visam reduzir as despesas com a saúde, mesmo que à custa da degradação dos cuidados prestados às populações.

Desde o primeiro momento, o PCP rejeitou a opção do Governo de fusão dos hospitais do Algarve num único centro hospitalar. Apresentámos, há um ano, um projeto de resolução, exigindo que se pusesse fim a esse processo de fusão. Essa proposta foi chumbada pelo PSD e pelo CDS. Um ano depois, perante a crescente degradação dos cuidados de saúde no Algarve, voltamos a apresentar essa proposta, uma proposta que vai ao encontro das necessidades das populações e dos profissionais de saúde, uma proposta que serve os interesses do Algarve e dos algarvios.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução do BE, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Honório.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Bloco de Esquerda saúda os peticionários, todos os subscritores desta petição, que defende o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, denunciando, simultaneamente, a degradação contínua da oferta do Serviço Nacional de Saúde na região, particularmente no barlavento, e apontando aquilo que é um facto: já há alguns anos, a degradação tem um objetivo, a começar em Lagos, agora em Portimão, e o hospital de Portimão está ligado a esta decisão, que é um erro absurdo, de criação do Centro Hospitalar do Algarve, por via do Decreto-Lei n.º 69/2013.

Esta fusão é denunciada nesta petição e, neste mesmo sentido, o Bloco de Esquerda apresenta aqui esta iniciativa legislativa, acompanhando todas as vozes e todas as formas de luta pela proteção do Serviço Nacional de Saúde no Algarve, nomeadamente dos hospitais de Portimão e Lagos.

É preciso ter em conta que esta degradação foi acompanhada de inúmeras formas de luta, que nós desenvolvemos com todas as pessoas que denunciaram este processo, e foi acompanhada, também, de uma audição, a nosso pedido, do Presidente da ARS, em que, por exemplo, solicitámos o estudo que justificava a fusão do Centro Hospitalar do Barlavento nesta grande unidade, que é o Centro Hospitalar do Algarve, e até hoje estamos à espera desse estudo, que nunca chegou.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que os profissionais de saúde — enfermeiros e médicos — têm tido uma enorme coragem na denúncia da degradação crescente e continuada da oferta do Serviço Nacional de Saúde na região. E quero aqui invocar a carta dos 180 médicos que, muito recentemente, denunciaram a degradação dos cuidados de saúde para a população algarvia, anunciando tudo aquilo que ia faltando, desde medicamentos essenciais a material cirúrgico, a cirurgias que iam sendo adiadas. Toda esta denúncia vem das populações, mas vem também dos profissionais de saúde.

Assim, o projeto que aqui apresentamos vai no sentido do reconhecimento do erro evidente que é o Centro Hospitalar do Algarve — é um erro! —, e daí que defendamos a sua extinção,...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Cecília Honório** (BE): — ... ao mesmo tempo que defendemos a criação de duas unidades de saúde locais, no barlavento e no sotavento, porque é absolutamente urgente defender o acesso à saúde das

populações do Algarve, já que, nomeadamente em época de turismo, é uma vergonha o que se passa na região.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para apresentar o projeto de resolução do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Freitas.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Naturalmente, começamos por saudar esta iniciativa de peticionários, que trouxeram aqui um problema muito concreto que vivemos hoje no Algarve, de degradação sem precedentes dos serviços hospitalares da região.

Na sequência disso, o PS apresentou à Assembleia da República um projeto de resolução. Entendemos que esta fusão dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos resultou de um processo mal preparado, mal conduzido e pouco participado e é hoje um foco de conflito permanente e quase insanável.

Manifestações de pessoal médico, pedidos de audiência por parte do Sindicato dos Enfermeiros à Assembleia da República, manifestações de populações em Lagos, Portimão e Faro e uma providência cautelar no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé — é este o retrato daquilo que se passa na região do Algarve relativamente à saúde.

Quanto à questão do hospital de Portimão, o que é que deixámos de ter? Deixou de haver internamento de neurologia e cardiologia; deixou de haver cardiologia de urgência; verificou-se a redução, em permanência, de dois ortopedistas para um e, muitas vezes, para nenhum ortopedista; antes, havia três clínicos gerais à noite, agora, existem dois; há turnos em que não há um chefe de urgência da equipa médica, o que leva a que seja o chefe da equipa que está em Faro a tomar decisões.

Aquilo que solicitamos na Assembleia da República é que sejam retomadas as valências e os recursos dos hospitais de Portimão e de Lagos, onde houve uma redução profunda essencialmente de enfermeiros, e que seja dado cumprimento àquela que foi a decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Caeiro.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de começar, obviamente, por saudar os quase 6700 subscritores desta petição, que visa defender o Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e manter todos os serviços de especialidade, recursos humanos e materiais no hospital de Portimão, num exercício de cidadania previsto na lei.

Como todos sabemos, apesar de a reforma hospitalar que tem vindo a ser levada a cabo pelo Ministério da Saúde ser absolutamente necessária — esta é a opinião do CDS —, têm, de facto, surgido algumas dúvidas, algumas preocupações e ansiedades junto das populações, o que é sempre normal face à mudança.

Gostaria aqui de reiterar que o CDS não se opôs, antes pelo contrário acompanhou esta reforma hospitalar, porque ela é necessária. E ela é necessária, uma vez que, fruto de variadíssimos anos de ineficiência de gestão e de ausência total de planeamento ao nível dos recursos humanos, o Serviço Nacional de Saúde enfrenta hoje gravíssimos problemas, por um lado, de falta de médicos e outros profissionais de saúde em determinadas especialidades e, por outro, de duplicação de serviços clínicos nos vários hospitais do País, sem que fossem previamente estudadas e acauteladas as efetivas necessidades das populações.

Já não posso saudar os projetos de resolução apresentados pelos partidos da oposição, porque visam apenas e tão-somente cavalgar a onda das preocupações das populações, que são legítimas, mas não o fazem de uma forma séria e cuidada.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

É natural que as populações tenham medo e ansiedade. Mas os senhores têm outra responsabilidade, concretamente têm a responsabilidade de pensar no País e no Serviço Nacional de Saúde e em como se alcançam as sinergias, a concentração de conhecimento, mas também, simultaneamente, a aproximação da prestação de cuidados de saúde junto das populações. E não é isso que os senhores têm feito!

Tenho comigo vários números que mostram que há mais utentes inscritos com médico de família, há mais camas de cuidados de saúde, há um laboratório regional de saúde pública, há um centro de medicina física e de reabilitação, estão vários programas em pleno funcionamento nas áreas principais e prioritárias do Plano Nacional de Saúde.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Podemos constatar que houve, em 2013, menos atendimentos nos serviços de urgência básica, ...

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — As pessoas não têm dinheiro para pagar!

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — ... o que significa que há melhor funcionamento dos cuidados de saúde primários, Sr.^a Deputada.

Os senhores entendem sempre o contrário e o contrário do contrário, porque, se houver mais atendimentos nos serviços de urgência, os senhores dizem que é por causa de os cuidados de saúde primários não estarem a funcionar, mas, como se regista um melhor funcionamento, já acham que é problemático não haver atendimentos nas urgências.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Teresa Caeiro** (CDS-PP): — Vou concluir, Sr. Presidente.

Realizaram-se mais cirurgias programadas em 2013 do que em 2011. E, enquanto em 2011 os hospitais do Algarve tinham 366 médicos, em 2013 tinham 377.

Só para concluir, o mesmo se diga em relação a enfermeiros, pois houve um aumento significativo do número de enfermeiros entre 2011 e 2013.

A concluir, pergunto apenas onde é que está o dramatismo que os partidos da oposição fazem questão de imputar a esta reforma hospitalar.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro.

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta minha intervenção, começo por cumprimentar os cidadãos que subscreveram esta petição e a Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão, que hoje está aqui presente, e por lhes dizer que a sua pretensão é compreensível, merece ser objeto de avaliação e ponderação política, pois os cidadãos são os destinatários e beneficiários das políticas públicas, principalmente em áreas tão sensíveis, como é o caso da saúde.

Dito isto, importa esclarecer, desde já, que a reorganização da rede hospitalar do Algarve enquadra-se numa política de avaliação de serviços disponíveis na região, evitando-se, assim, a sobreposição da oferta existente em cuidados de saúde, para que não haja desperdícios de recursos materiais e humanos, garantindo a acessibilidade de todos a todos os serviços disponíveis.

A criação do Centro Hospitalar do Algarve sempre teve como principal prioridade manter todos os serviços de especialidade, recursos humanos e materiais, quer no hospital de Portimão e Lagos, quer no hospital de Faro.

Por força da criação do Centro Hospitalar do Algarve, ao contrário do que alguns advogam, foram possíveis algumas melhorias na prestação de cuidados de saúde nestas unidades hospitalares. Desapareceram todas

as camas e macas dos corredores dos serviços de medicina que existiam, permanentemente, há mais de 20 anos; os serviços de urgência foram requalificados...

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Faltam fraldas, faltam remédios, faltam luvas, faltam cuidados clínicos...

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Sim, Sr. Deputado Paulo Sá, nós também lá fomos ver!

Houve um aumento do número de camas disponíveis, quer na unidade de cuidados intensivos, quer na unidade de AVC, quer na unidade de cuidados intermédios; foram alargadas as enfermarias, permitindo o internamento de doentes de forma mais condigna.

Todas estas alterações organizativas conduzidas na rede hospitalar da região do Algarve permitiram melhorar a articulação entre serviços, em particular nas áreas de especialidade médica, onde mais se sente a carência de recursos humanos médicos.

Estas alterações permitiram também reduzir os prejuízos operacionais para mais de metade do valor registado em 2011 e, desta forma, reunir melhores condições para prestação de melhores cuidados de saúde hospitalar que correspondam às necessidades da população.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É só maravilhas! Então, por que é que os doentes se queixam?!

A Sr.^a **Elsa Cordeiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acreditamos, o PSD acredita que o Serviço Nacional de Saúde deve privilegiar cada vez mais a eficiência e a qualidade dos cuidados de saúde que presta e não confinar-se a uma estrutura fechada sobre si mesma, refém de interesses legítimos, mas que nada têm a ver com as efetivas necessidades de saúde das populações. E é nessa procura de satisfazer as necessidades da população que acreditamos, pois só assim é possível minimizar situações de desconforto para os doentes, passando a existir todas as especialidades necessárias, todos os dias do ano, evitando-se a deslocação de centenas de doentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar, em nome do Partido Ecologista «Os Verdes», os milhares e milhares de cidadãos que subscreveram a petição em defesa do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e da manutenção de todos os serviços de especialidade, recursos humanos e materiais no hospital de Portimão. Uma saudação que, naturalmente, se estende também à Comissão de Utentes dos Serviços de Saúde de Portimão, que promoveu e dinamizou esta petição que, antes de mais, nos mostra os reais objetivos do Governo em matéria de saúde.

De facto, o Governo, com o pretexto da utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e de uma gestão integrada e racional da rede pública de unidades hospitalares, o que está a fazer é a colocar em causa a qualidade dos serviços e a limitar, de forma muito preocupante, o acesso dos utentes aos cuidados de saúde.

É este o resultado dos processos de fusão e concentração de unidades hospitalares que o Governo tem vindo a fazer por todo o País e, neste caso, às populações do Algarve. Dez anos após a fusão dos hospitais de Lagos e Portimão, que deu, aliás, origem à criação do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e que levou as pessoas a perderem especialidades no hospital de Lagos, o Governo avançou agora para a criação do Centro Hospitalar do Algarve, que impõe a fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e do hospital de Faro.

Ora, esta fusão, apesar das mais-valias apregoadas pelo Governo, tem-se mostrado absolutamente desastrosa para as populações do barlavento algarvio, no que diz respeito ao acesso aos cuidados de saúde. O atendimento no hospital de Portimão passou a ser um verdadeiro martírio, importantes especialidades foram retiradas e transferidas para Faro, faltam médicos especialistas, os utentes acumulam-se nas urgências, há atrasos incompreensíveis nos exames e nas consultas e até já há falta de utensílios e medicamentos essenciais para o bom funcionamento do hospital de Portimão.

A terminar, direi que Os Verdes acompanham as preocupações dos peticionantes, votando a favor das iniciativas legislativas que hoje também estão em discussão e que vão ao encontro das pretensões dos peticionantes, ou seja, que visem colocar um fim a este processo de fusão do hospital de Faro e do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio no Centro Hospitalar do Algarve.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixo uma pergunta: a quem serve a concentração dos hospitais de Faro, Portimão e Lagos num único centro hospitalar? Não serve, de certeza, os interesses dos algarvios e do Algarve. Apenas beneficia as entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na região.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É extremamente revelador o facto de a multiplicação de oferta de serviços de saúde privados na região ocorrer em paralelo e em consequência do estrangulamento financeiro a que são sujeitos os hospitais do Algarve.

A Sr.^a Deputada Teresa Caeiro, do CDS, reconheceu que o Algarve e o País enfrentam gravíssimos problemas na prestação de cuidados de saúde e a Sr.^a Deputada Elsa Cordeiro, do PSD, até mostrou compreensão pelas queixas dos peticionários. Mas, perante isso, pergunta-se: de quem é a responsabilidade pela degradação dos cuidados de saúde no Algarve e também no País?

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Sá** (PCP): — É do PSD e do CDS! E antes era do PS! Estes três partidos da troica interna levaram a cabo uma política de subfinanciamento crónico do Serviço Nacional de Saúde, de encerramento de serviços e de valências dos hospitais, de concentração de unidades hospitalares, de encerramentos de centros de saúde e de extensões de saúde.

Estes três partidos, PS, PSD e CDS, são responsáveis pela degradação dos cuidados de saúde no Algarve e no País e os algarvios não esquecerão isso.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Concluimos, assim, este ponto da ordem do dia, sendo os projetos de resolução votados na próxima sexta-feira.

Vamos passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da petição n.º 309/XII (3.^a) — Apresentada pela TEM — Associação Todos com a Esclerose Múltipla, solicitando à Assembleia da República o fim da proibição de prescrição de medicamentos nos hospitais, conjuntamente com o projeto de resolução n.º 1073/XII (3.^a) — Recomenda ao Governo que garanta o acesso dos doentes aos medicamentos de que necessitam bem como a disponibilização atempada e adequada dos mesmos (BE).

Para proceder à apresentação do projeto de resolução do BE, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, deixo a saudação da bancada do Bloco de Esquerda aos mais de 5500 peticionários e peticionárias que dirigiram uma proposta e um alerta à Assembleia da República.

Saúdo também o conjunto de associações de doentes, um conjunto muito alargado, e representantes de grupos de doentes crónicos que também subscrevem esta petição.

O que defendem os peticionários? Que cada doente tenha acesso ao medicamento mais adequado para a sua doença, prescrito pelo médico e devidamente aprovado pelo Infarmed; nem mais, nem menos, que cada doente tenha acesso ao medicamento mais adequado. Simples, não é, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Extremamente

e dolorosamente simples a petição de mais de 5000 cidadãos e cidadãs e de mais de 30 associações de doentes no nosso País.

Este procedimento deveria ser absolutamente normal, mas não é. Inúmeras situações demonstram a troca de medicação sem justificação terapêutica. A única justificação para estas trocas são as contratações entre as administrações hospitalares e a indústria farmacêutica. É inadmissível e absolutamente contrário a todas as boas práticas clínicas.

A esta situação somam-se ainda muitos casos de inexistência de medicamentos nas farmácias hospitalares, a sua distribuição em doses reduzidas ou ainda o encaminhamento destes doentes para outros hospitais, bastantes vezes muito distantes do local onde os doentes residem.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todos e todas recebemos um *e-mail*, cujo título e assunto dizia: «Srs. Deputados, discutam, mas resolvam. Os doentes estão cansados de esperar». O que vamos responder a estes doentes? É hoje, aqui, que temos de decidir.

O Bloco de Esquerda apresenta um projeto de resolução extremamente claro, porque entendemos que a Assembleia da República não se deve demitir das suas responsabilidades. A Assembleia da República deve hoje, aqui, decidir um gesto político, claro e inequívoco diretamente para o Governo. É verdade, voltamos àquilo que é extremamente simples: cada doente tem de ter acesso ao medicamento mais adequado. É isto que está nas nossas mãos, hoje, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rosa Arezes.

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, saudar os signatários desta petição. O exercício de cidadania ativa constitui uma das múltiplas manifestações da vitalidade da nossa democracia.

Os subscritores desta petição pretendem, como já foi hoje aqui referido, o fim da alteração da medicação a doentes crónicos realizada pelos hospitais.

Registamos as suas preocupações humanistas, mas, desde já, sublinhamos um princípio incontornável que tem de presidir a este debate: a seleção e utilização de estratégias terapêuticas é uma decisão clínica.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Ora bem!

A Sr.^a **Rosa Arezes** (PSD): — Consideramos, portanto, que esta é uma matéria que ultrapassa as competências deste Plenário, tal como entendemos que o Ministério da Saúde não deve pronunciar-se sobre qualquer opção terapêutica nem interferir nas decisões clínicas.

Protestos do PCP e do BE.

Questão bem diferente é a da salvaguarda da qualidade, racionalidade e equidade terapêuticas.

Ora, esta é uma matéria que tem merecido toda a atenção e sensibilidade da tutela.

Como sabem, o próprio Ministério da Saúde tem apoiado e incentivado a adoção — pela primeira vez no nosso País — das Normas de Orientação Clínica e do Formulário Nacional do Medicamento.

Trata-se de uma abordagem que contribui para a melhoria e qualidade terapêutica e para a equidade no acesso a medicamentos, conforme reconhecem, aliás, os próprios subscritores da petição.

Não restam, por isso, quaisquer dúvidas quanto à qualidade do trabalho do Ministério, no sentido de promover o acesso terapêutico em termos racionais, equitativos e de qualidade.

A título meramente exemplificativo, permitam-me que recorde a promoção e a constituição de órgãos técnicos que se pronunciam sobre o enquadramento da prescrição de medicamentos.

Recordo também importantes iniciativas do Ministério da Saúde para permitir a introdução de novos medicamentos, todos eles sujeitos à criação ou ampliação de regimes especiais de comparticipação, todos eles disponibilizados gratuitamente nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Permitam-me que recorde também o empenho do Ministério em promover a criação de condições de sustentabilidade do acesso a medicamentos no âmbito do SNS (Serviço Nacional de Saúde).

Por último, permitam-me ainda que recorde os resultados evidentes de poupanças públicas e privadas, mesmo num contexto de aumento sustentado do consumo de medicamentos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, exercemos diariamente uma cultura de exigência e de rigor na gestão da «coisa pública».

Todos os dias tratamos de acautelar a sustentabilidade do sistema. O nosso objetivo é muito claro: garantir aos cidadãos, hoje e no futuro, o acesso terapêutico em termos racionais, equitativos e de qualidade.

Este é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o melhor presente que podemos ter para preparar o amanhã!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro.

A Sr.^a **Luísa Salgueiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, queríamos também dirigir uma saudação aos mais de 5500 peticionantes que subscreveram esta iniciativa, apesar de hoje não estarem aqui presentes.

Gostaria de dizer, à partida, que esta é uma petição cujo objeto não se compreende muito bem. O que pretendem estes cidadãos? Pretendem ter acesso aos medicamentos indicados para a sua doença, não pretendem ter acesso aos medicamentos mais caros, mais inovadores. Pretendem, apenas, ter acesso aos medicamentos que o seu médico assistente lhes prescreve, de acordo com as tais normas de orientação clínica que aqui referiu a maioria e de acordo com um formulário terapêutico.

Por isso é que digo que, à partida, nem se percebe como é necessário, em Portugal, haver doentes e associações de doentes que se tenham de organizar para se dirigirem à Assembleia da República com este objetivo.

Aplausos do PS.

O que acontece é que há doentes crónicos — e, em primeiro lugar, surgem os doentes de esclerose múltipla e de hepatite C — que estão há anos a tomar a medicação prescrita pelo seu médico assistente e que por decisão, não de terapêutica, não clínica, não de acordo com as tais normas invocadas pela Sr.^a Deputada Rosa Arezes, mas por decisão de um financeiro, de um gestor do conselho de administração, é interrompida e substituída por outra que nem sequer tem comprovada a evidência científica sobre a sua equivalência, mas que o doente é obrigado a trocar a meio do seu tratamento.

São tratamentos que duram anos e que, por uma decisão administrativa e financeira, o doente é obrigado a trocar sem que o seu médico assistente seja sequer ouvido sobre este assunto.

A Sr.^a **Elza Pais** (PS): — É inaceitável!

A Sr.^a **Luísa Salgueiro** (PS): — É disso que estamos aqui a falar e isso parece inacreditável!

Não compreendo como é que a maioria consegue vir aqui dizer que se trata de uma atitude aceitável e defensável por parte da tutela, como aqui foi dito.

Esta é uma das marcas das opções que o Sr. Ministro Paulo Macedo deixará para sempre no seu Ministério. É que os doentes sabiam que até aqui podiam ter a medicação mais adequada, mas a partir de agora as questões financeiras impedem que assim seja.

Há também outra associação que veio subscrever esta petição e que nos remete para um assunto de grande atualidade, que tem a ver, como a Sr.^a Deputada saberá, com o medicamento Sofosbuvir, para a hepatite C.

Este é o primeiro medicamento que garante a cura dos doentes com hepatite C. Sabemos que o Ministério se escuda na justificação do elevado preço deste medicamento. Estamos de acordo e entendemos que faz sentido a negociação internacional para que o preço do medicamento baixe, mas, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados da maioria, há doentes que já não podem esperar por esta medicação.

A alternativa é poupar os 48 000 € do tratamento e, entretanto, os doentes morrerem, ou então escolhermos um grupo alvo com os doentes que já não podem esperar e apenas só para esses possibilitar o acesso a este medicamento inovador, que não é para diminuir os efeitos da doença, mas para curar, pela primeira vez, os doentes com hepatite C.

Quanto a isto, não há argumento que valha ao Sr. Ministro Paulo Macedo para justificar a opção que tem feito. Essas serão as grandes marcas da gestão desta maioria no Ministério da Saúde: menos saúde, menos acesso, mais dificuldades para os doentes, sobretudo para os mais carenciados.

Não esqueçamos que estes doentes também têm agora medicação para menos tempo.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Luísa Salgueiro** (PS): — Termina já, Sr. Presidente.

Anteriormente, os medicamentos duravam um mês e, agora, em alguns casos, duram uma semana, o que obriga os doentes a irem regularmente ao hospital, a pagarem os transportes... Os senhores bem sabem como dificultaram a vida dos utentes que precisam de utilizar os transportes e não têm recursos financeiros.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Almeida.

O Sr. **Paulo Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Também cumprimento, obviamente, os 5510 subscritores da petição pelo fim da proibição de prescrição de medicamentos nos hospitais.

Estes peticionários consideram ser indispensável que todos os doentes possam ter acesso ao medicamento que o seu médico entende ser o mais adequado para eles. É isso que reclamam, tal como já aqui expôs o Bloco de Esquerda, que apresentou uma iniciativa sobre esta matéria.

Que não restem dúvidas: o CDS considera o mesmo. E vamos mais longe: exigimos mesmo que o acesso à medicação adequada seja garantido a todos os doentes, independentemente da sua patologia. Isto, para nós, é uma evidência, algo até de apolítico, sem dúvida alguma. E temos a certeza de que esta é também a posição do Governo. Mais: esta é uma realidade que existe no nosso País!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apesar de subscrito por dezenas de associações de doentes — a quem manifesto, obviamente, o meu mais profundo respeito —, o texto da petição, como a Sr.^a Deputada Luísa Salgueiro já referiu, centra-se mais nas medicações destinadas à esclerose múltipla e à hepatite C.

No que diz respeito à esclerose múltipla — uma doença muito severa e altamente incapacitante —, os medicamentos para o seu tratamento são todos eles eficazes, dependendo do doente a que individualmente se destinam.

A sua prescrição é uma realidade responsável, e o acesso a estes medicamentos encontra-se regulado e assenta em três pontos fundamentais: apenas podem ser prescritos por médicos neurologistas, nos respetivos serviços especializados dos hospitais integrados do Serviço Nacional de Saúde; a sua dispensa é efetuada exclusivamente através dos serviços farmacêuticos dos hospitais; e são gratuitos para o doente.

Ou seja, a decisão clínica e a opção terapêutica no tratamento de doenças como a esclerose múltipla cabem, apenas e tão-só, ao neurologista. E, não tenham dúvidas, é esta a posição também do Governo.

O mesmo se passa com os medicamentos para a hepatite C, para as doenças oncológicas ou para o VIH/SIDA: a decisão do médico que segue o doente tem de ser soberana, pois só ele sabe que medicamento é mais adequado para o seu doente. E essa decisão tem de ser respeitada, sob pena de uma inadmissível má prática terapêutica.

A Sr.^a **Luisa Salgueiro** (PS): — Mas foi isso que aconteceu!

O Sr. **Paulo Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tem-se verificado um aumento no número de medicamentos dispensados, o que prova, para nós, que estão a ser assegurados aos doentes

os medicamentos indicados para o tratamento das suas patologias. O interesse do Ministério da Saúde é o de que a todos os doentes seja garantido o acesso aos melhores tratamentos.

Protestos do PCP e do BE.

Mais ainda: os hospitais têm autonomia técnica e científica para decidir a forma de disponibilização da terapêutica, de acordo com os critérios mais adequados e a legislação existente. E isso, sim, o Governo pode assegurar; o que o Governo não pode fazer é intrometer-se nas decisões clínicas de um médico.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Almeida** (CDS-PP): — Cada médico tem de ter o direito de prescrever ao seu doente a medicação que considera mais adequada.

Concluindo, Sr. Presidente, repito: a medicação tem de estar acessível a todos, como é óbvio,...

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Pois tem, pois tem!

O Sr. **Paulo Almeida** (CDS-PP): — ... e não admitimos que este acesso não seja uma realidade. O Governo também não o admite, certamente.

A qualidade, a segurança e proteção da saúde e o acesso aos seus cuidados serão sempre um objetivo e uma missão para este Governo que, diria, está a ser cumprida.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Cruz.

A Sr.^a **Carla Cruz** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começamos, obviamente, por saudar os peticionários e os mais de 5000 cidadãos que subscreveram esta petição.

Aproveitamos, também, para saudar as associações de doentes que têm feito, de facto, um trabalho muito interessante e muito importante em defesa dos doentes e da acessibilidade aos medicamentos.

O problema que esta petição versa não é, efetivamente, um problema novo, é um problema recorrente, que tem sido objeto de acompanhamento por parte do Grupo Parlamentar do PCP e que tem também sido trazido várias vezes a Plenário por iniciativa de outros cidadãos.

Desde que este Governo tomou posse, são vários os episódios e os relatos de doentes, de associações de doentes e também de profissionais de saúde que dão conta da alteração da medicação. E não é só quanto à esclerose múltipla ou à hepatite C!

Esta alteração dos medicamentos não é, contrariamente àquilo que a direita quis fazer passar, devida a uma orientação clínica. Trata-se de uma orientação das administrações hospitalares, que cortam e alteram as prescrições médicas, contrariando o princípio da autonomia clínica. Não têm, de facto, razão para o fazer.

Estas alterações são realizadas pelas administrações clínicas, mas os problemas não se resumem à alteração da medicação. São vários os problemas que os doentes crónicos enfrentam neste momento: a não dispensa de medicamentos hospitalares, como recentemente aconteceu nos hospitais de Lisboa; a disponibilização de medicamentos nos hospitais a «conta-gotas», o que implica, obviamente, mais custos para os doentes e para as suas famílias; as dificuldades no acesso a novos medicamentos, quando há evidência científica da sua vantagem clínica. Também já vieram a público vários casos de recusa de autorizações especiais de utilização no Centro Hospitalar de Lisboa Central.

Bem pode o Sr. Ministro dizer na resposta que enviou sobre esta petição — e passo a citar: «O Ministério da Saúde não interfere nas decisões clínicas nem se pronuncia favorável ou desfavoravelmente em relação a qualquer opção terapêutica no tratamento de qualquer patologia». É caso para dizer: só bastava essa interferência nestas decisões!

O Ministério da Saúde interfere, e muito, nas decisões! Interfere quando corta no financiamento ao Serviço Nacional de Saúde! Em 2014, o corte situou-se nos 300 milhões de euros!

O PCP tem acompanhado esta matéria através do questionamento ao Governo. Para o PCP, é inaceitável que sejam alteradas as medicações, que se desrespeitem as orientações clínicas, que se desrespeitem a autonomia e a prescrição clínica e que seja violado o direito à saúde com qualidade.

O PCP defende que sejam disponibilizados os tratamentos adequados, que seja respeitada a autonomia da prescrição clínica e que seja travada a alteração coerciva da medicação disponibilizada nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

O PCP defende também que os hospitais sejam dotados das verbas necessárias para a aquisição de medicamentos aprovados e com autorização para a sua comercialização e que sejam adequados ao tratamento do doente.

Porém, tudo isto só é possível com uma rutura desta política e com a derrota deste Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras são para saudar, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista «Os Verdes», os milhares e milhares de peticionantes que deram corpo a esta petição com o objetivo de pôr fim à proibição de prescrição de medicamentos hospitalares.

Queria também saudar todas as associações envolvidas na dinamização desta petição, em especial a associação Todos com a Esclerose Múltipla.

De facto, contrariando todas as boas práticas clínicas, aquilo a que temos vindo a assistir é a uma alteração, por parte de alguns hospitais, relativamente à medicação de doentes, em particular de doentes crónicos. E estamos a falar de situações muito graves porque, para além da falta de evidência científica sobre a equivalência dos medicamentos substituídos, a alteração coerciva da medicação contraria as normas de orientação clínica sobre a prescrição da medicação em doentes crónicos.

Além desta grave situação, como, aliás, referem os peticionantes, o que se está a passar cria ainda desigualdades entre os doentes, cuja sorte acaba por ficar dependente do hospital em que estão a ser tratados.

Ora, isto é completamente inadmissível, porque doentes controlados por certa patologia acabam por ver a respetiva medicação alterada em função, muitas vezes, dos contratos que as administrações hospitalares estabelecem com as empresas farmacêuticas. E, no caso da esclerose múltipla ou da hepatite C, o que se está a passar é ainda mais grave, não só porque estas alterações da medicação contrariam as boas práticas clínicas, mas também porque não se respeitam as próprias especificidades individuais destes doentes.

Comos sabemos, são, aliás, estas especificidades que levam a que o acompanhamento destes doentes deva ser feito por um neurologista com experiência e formação adequadas nesta patologia e é exatamente por causa destas especificidades que a medicação administrada aos doentes com esclerose múltipla apresenta resultados diferentes nos doentes, mesmo quando a substância ativa é a mesma.

É também por isso que Os Verdes consideram absolutamente essencial que o Governo garanta o acesso à medicação de que necessitam e que eventuais alterações na medicação — sobretudo quando estamos a falar de doentes controlados — ocorram apenas e tão-só por razões terapêuticas e não por quaisquer outras razões.

A terminar, quero dizer que Os Verdes acompanham os objetivos e as preocupações manifestadas pelos peticionantes nesta petição e que votarão a favor das iniciativas legislativas, que vão ao encontro dessas pretensões.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Concluímos, assim, este ponto da ordem de trabalhos. O projeto de resolução será votado na próxima sexta-feira.

Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos de hoje, do qual consta a apreciação da petição n.º 341/XII (3.ª) — Apresentada por Arlindo Fernando Pereira Ferreira e outros, solicitando à Assembleia da República a abertura de um concurso interno extraordinário de professores e educadores do ensino básico e secundário em 2014, em conjunto com o projeto de resolução n.º 1072/XII (3.ª) — Concurso interno extraordinário para colocação de professores (BE).

Para proceder à apresentação deste projeto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria saudar os peticionários, porque eles trazem-nos aqui não apenas um seu problema profissional, mas um problema que tem a ver com a lógica e com a organização dos quadros dos docentes no nosso sistema público de ensino.

Na verdade, não faz sentido que para se resolver um determinado problema se criem problemas adicionais, que são os de, neste momento e neste contexto, no mesmo número de vagas que estão a ser abertas num concurso que já está a decorrer para a entrada nos quadros de professores contratados, não haver a possibilidade de professores que já estão nos quadros — nos quadros de zona pedagógica ou nos quadros de agrupamento — se aproximarem das suas residências, como seria natural que sucedesse.

Nessa medida, o Bloco de Esquerda adotou uma filosofia que foi preconizada pelos sindicatos e apresenta aqui um projeto de resolução para a abertura, em simultâneo com o concurso externo, de um concurso interno com o mesmo número de vagas. E, mesmo assim, não seriam preenchidas, como não são preenchidas todas as necessidades permanentes que foram cobertas com professores contratados. O que quer dizer que o Governo não cumpre a Diretiva europeia, nem sequer a instrução que a Comissão Europeia lhe fez chegar, de que é necessário repor a legalidade em relação aos professores que estão contratados muitos e muitos anos e que têm de ter uma situação de equivalência em relação a todos aqueles que estão nos quadros. Isso não está a acontecer com este concurso extraordinário — veja-se que há 40 000 candidaturas para menos de 2000 vagas.

Por outro lado, haveria que acautelar a situação daqueles que já estão no quadro e que queriam aproximar-se das suas residências. Abriríamos aqui uma janela de oportunidade, vinculando, na prática, o mesmo número de professores, mas criando um sistema mais flexível e mais equitativo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco.

A Sr.^a **Maria José Castelo Branco** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo também por cumprimentar os mais de 4000 peticionários.

Qualquer sistema educativo tem, mediante o número de alunos e as tendências demográficas identificadas, de definir o número de professores necessários à concretização dos projetos educativos adotados no sistema educativo nacional.

Ciente de que a estabilidade de um corpo docente qualificado será um dos pilares do sucesso desses mesmos projetos educativos, este Governo, concretamente o Ministério da Educação e Ciência, tem feito um esforço, que há muito não se registava, para conseguir essa mesma estabilização.

Diversas medidas foram já concretizadas no âmbito da gestão de recursos humanos. Por exemplo:

A reorganização da rede escolar, permitindo reduzir o número de docentes sem componente letiva;

A reorganização dos quadros de zona pedagógica, melhorando a distribuição dos docentes colocados em QZP (Quadro de Zona Pedagógica);

O programa de rescisões de mútuo acordo;

A agilização dos processos de pedido de reforma pendentes;

Em 2013, foi levado a cabo um concurso extraordinário para vinculação de professores, tendo ocorrido igualmente um para docentes do ensino artístico especializado do ensino de música e dança;

Em 2013, decorreu um concurso interno regular, que tem lugar de quatro em quatro anos;

Já em 2014, houve um concurso de vinculação extraordinária para docentes do ensino artístico especializado;

E, neste momento, decorre o concurso externo extraordinário com cerca de 2000 vagas para quadros de zona pedagógica.

O Governo assumiu ainda o compromisso de, em 2015, em vez de em 2007, como seria regular de quatro em quatro anos, abrir um concurso interno em que podem concorrer docentes dos quadros que tenham seis horas de componente letiva atribuída, para aproximação à residência, que sejam do quadro de zona pedagógica e para professores dos quadros de escola ou agrupamento que pretendam movimentar-se para o quadro de zona pedagógica.

Os docentes que, na sequência do atual concurso externo extraordinário em curso, passaram a integrar os quadros do Ministério da Educação e Ciência, deverão, obrigatoriamente, apresentar-se no concurso interno de 2015 na última prioridade, para evitar que ocorram ultrapassagens injustas.

Num esforço de valorização do sistema educativo português, para a estabilização do corpo docente, que é considerado fator essencial ao sucesso dos nossos alunos, o Governo conseguiu, desde o início da Legislatura, integrar nos quadros do Ministério da Educação e Ciência mais de 2600 docentes que se mantinham há 5, 10, 15 e mais anos como professores contratados.

Para o futuro, manter-se-ão o concurso interno regular, de quatro em quatro anos, e o concurso externo anual, com vista ao acesso semiautomático (designado «norma travão») aos quadros dos professores com cinco anos consecutivos de horários anuais completos.

A proposta enunciada no projeto de resolução n.º 1072/XII (3.ª), do BE, é esvaziada com base nos argumentos já aqui esgrimidos,...

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Queira concluir, Sr.ª Deputada

A Sr.ª **Maria José Castelo Branco** (PSD): — ... uma vez que decorre o concurso externo extraordinário para docentes com menos de cinco anos de serviço letivo completos consecutivos, estando salvaguardadas as prioridades dos docentes já vinculados no concurso interno de 2015.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — 2015?! Sr.ª Deputada, estamos em que ano?!

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Santa.

O Sr. **Agostinho Santa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Uma saudação inicial aos inúmeros subscritores desta petição.

O Partido Socialista, em matéria de concursos de professores, reafirma que os princípios fundantes em que assenta o seu pensamento e a sua ação privilegiam sempre o interesse dos alunos e das famílias em ver criadas, nas escolas, as melhores condições de aprendizagem e de sucesso educativo.

Os peticionários pretendem a abertura, ainda em 2014, de um concurso interno extraordinário, funcionalizado, além do mais, ao interesse dos docentes de terem oportunidade de se aproximar da sua residência familiar.

Certamente aceitando a verificação de circunstâncias especiais atendíveis, que motivariam uma exceção à regra de concursos internos de quatro em quatro anos, o Governo assumiu o compromisso, inscrito no projeto de alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, de realizar esse concurso em 2015.

Estaria, assim, pelo menos em parte, desprovida de oportunidade a petição em apreço. Mas não. Sempre resultam atuais algumas questões que a petição, ainda que não na sua expressão estrita, levanta.

A primeira questão prende-se com a problemática do número de vagas que possam ser postas a concurso, já que de pouco servirá este mecanismo de mobilidade se aquelas vagas não responderem às necessidades.

Ora, aqui pode assentar uma enorme perversidade: partindo do pressuposto de que essas vagas devem ter como referência, ainda que numa visão prospetiva, as «necessidades permanentes» das escolas, tudo fica na dependência do conceito, alcance e real significado que se atribua a essa expressão. Pois bem, falando-se com professores e suas associações e com diretores de escolas, e tomando-se como exemplo a última fixação de vagas (1954) para o concurso externo extraordinário de acesso à carreira docente, é absolutamente

legítimo que se ponham em causa os critérios utilizados e a forma como os dados fornecidos pelos responsáveis das escolas foram depois tratados.

Ao que tudo indica, não têm aderência à realidade. Adensam-se as dúvidas acerca da adequação entre docentes em concreto necessários, em permanência, nas escolas e os que, efetivamente, constam dos respetivos quadros. Exige-se transparência e explicitação dos critérios, sob pena de redução artificial de vagas, o que inviabiliza o efeito pretendido com os concursos. O Partido Socialista questionou já o Governo acerca desta matéria, aguardando-se resposta.

A segunda questão prende-se com a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda: assumindo o Governo que existem 1954 vagas no sistema, poderá ou deverá alocá-las ao concurso externo de acesso sem abertura também de um concurso interno, com efeito à mesma data, que garanta o interesse de mobilidade dos docentes dos quadros? Pergunto: será que a salvaguarda inscrita no decreto-lei que estabelece esse concurso é suficiente para evitar dúvidas de adequação e de legalidade?

Era bom que o Governo, nesta matéria, não seguisse, como noutras, o caminho da fuga para a frente, à espera que os tribunais o façam andar para trás!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Michael Seufert.

O Sr. **Michael Seufert** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria também de, em nome da bancada do CDS, cumprimentar os peticionários e agradecer, como já fizemos em sede de comissão, as questões que trazem em relação ao concurso de colocação de professores. E vale a pena reiterar que a questão aqui suscitada na petição só acontece porque o Governo, este ano, e à imagem do que já havia feito no ano passado, abre um concurso de colocação de vagas no sistema de educação, totalizando já, no mandato deste Governo, 2500 vagas abertas para a colocação de professores, o que não tem par nos últimos anos e existe exatamente para dar cumprimento às necessidades do sistema que, compreensivelmente, quem representa os professores acha que nunca estão verdadeiramente preenchidas. Mas a verdade é que, por comparação com outros Governos, este vai com um *superavit* absolutamente incomparável.

O que acontece neste caso concreto é que o concurso externo de 2014, também ele extraordinário, poderia suscitar a questão de saber se se deveria antecipar o concurso interno que regularmente só se realizaria em 2017. Ora, o que o Governo acordou na negociação com os sindicatos relativamente à proposta legislativa — como nos dá conta, por exemplo, a resposta da FNE ou as atas negociais (como a que tenho comigo) com a FNEI/SINDEP, de negociações entre o Governo e os sindicatos — foi abrir um concurso interno em 2015. E, nessa mesma negociação, mais uma vez (fê-lo também na resposta à petição que entregou no Parlamento), assumiu o compromisso de que, quando, em 2015, abrirem as vagas para o concurso interno, aqueles que integrarão os quadros de zona pedagógica devido ao concurso que este ano se realiza terão novamente de concorrer à vaga para consolidarem a vaga no concurso interno. Fica, por isso, garantido que nenhum professor que já esteja nos quadros e no sistema é ultrapassado por um colega que possa entrar este ano.

Julgo, por isso, Sr. Presidente, que aquilo que os peticionários nos pedem e que o Bloco de Esquerda também aqui traz carece de necessidade. E também é evidente que o Parlamento deve compreender — pelo menos, nós compreendemos — que não é do dia para a noite, do pé para a mão, que se organiza um concurso nacional, externo ou interno, para a colocação de professores.

Sendo assim, recomenda a prudência, mas também a boa ação do Governo, que, neste momento, não se dê provimento ao pedido do Bloco de Esquerda. Aliás, julgo que, na audição dos peticionários, também se compreendeu que os próprios peticionários já tinham chegado à conclusão de que a questão estava mais ou menos resolvida.

Como é evidente, julgo que nunca atingiremos uma satisfação total e absoluta. Para nós, a questão está resolvida e reitero novamente que tal só acontece porque já foi e vai ser novamente aberto um bom número de vagas este ano para a entrada de professores no sistema.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Rato.

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de saudar, em nome do Partido Comunista Português, os mais de 4000 peticionários pela dinamização desta iniciativa.

Pretendem os peticionários a abertura de um concurso interno extraordinário de docentes em 2014. Portanto, Sr. Deputado Michael Seufert, esta proposta não é extemporânea e não teve resposta nem acolhimento por parte do Governo.

Quero também dizer que aquilo que ouvimos aqui por parte do PSD, da «tendência demográfica», agora, à falta de melhores argumentos, é argumento para tudo. O despedimento de milhares de professores do sistema, seja por via da requalificação profissional no regime de trabalho em funções públicas, seja por via da não contratação de professores contratados que, ao longo dos anos, têm respondido a necessidades permanentes do sistema educativo, é a «tendência demográfica».

É curioso que nunca tenhamos ouvido, nem da parte do PS, nem da parte do PSD, nem da parte do CDS, falar do alargamento da escolaridade obrigatória e da existência no sistema de mais alunos no âmbito da escolaridade obrigatória, alunos com necessidades especiais e alunos sem necessidades especiais. Isso exigiria, desde logo, muitos mais professores no sistema.

Queria também dizer o seguinte: até 2006, o concurso interno para a mobilidade de professores era anual. Desde 2006, passou a ser quadrianual e a realizar-se, por isso, de quatro em quatro anos. Foi um sinal claro do anterior Governo do Partido Socialista, que este Governo manteve, de que não se quer resolver o problema do ajustamento das necessidades do sistema às necessidades do corpo docente anualmente e, portanto, alterou-se isto para de quatro em quatro anos.

Devo ainda dizer o seguinte: o PCP, em sede de discussão do Orçamento do Estado para 2014, apresentou aqui uma proposta para a realização de um concurso geral intercalar com vista à vinculação dos professores contratados que respondiam a necessidades permanentes, bem como para permitir a mobilidade interna dos docentes dos quadros, permitindo o ajustamento, tendo em conta as preocupações que têm vindo a ser referidas à Assembleia da República. Em novembro, PS, PSD e CDS votaram contra.

Srs. Deputados, para que fique muito claro: para o PCP, não são os professores que estão a mais na escola pública; o que está a mais na escola pública é a política deste Governo, de destruição da escola pública.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — O que está a mais no País não são os professores, que mandaram emigrar; o que está a mais no País é este Governo e esta política de confronto reiterado com a Constituição da República Portuguesa e com a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Vozes do PCP: — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — É que vêm falar de necessidades agora, depois de terem aumentado o número de alunos por turma, depois de terem aumentado o número de mega-agrupamentos, depois de terem feito uma reorganização curricular que nunca assentou em critérios pedagógicos mas apenas no objetivo do despedimento de milhares de professores.

É que, efetivamente, o que está em cima da mesa e que o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) confirma é uma opção deste Governo de destruição da escola pública e dos serviços públicos. Por isso, uma das orientações do DEO é o despedimento de professores. Este Governo acha que a escola pública não faz falta ao País. Da parte do PCP, entendemos exatamente o contrário: não há democracia sem escola pública de qualidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Rato** (PCP): — O PCP continuará sempre a defender uma escola pública de qualidade para todos. Apelamos aos professores para que façam o mesmo. Da parte do PCP, cá estaremos. Da parte do PSD, do CDS e do PS, infelizmente não.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Deputados do PSD, Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco, mesmo admitindo que o sistema só deveria ter os professores de que carece, e alijando a Sr.^a Deputada todas as responsabilidades do passado, como se não tivesse nada a ver com isso, o sistema não está a enquadrar todos aqueles de que carece. Não está! Portanto, o concurso que está neste momento a decorrer não vai integrar nos quadros nem sequer as necessidades permanentes que foram identificadas pelas escolas, está muito longe disso. Por isso, a sua tese, Sr.^a Deputada, cai, desde logo, por terra.

Acho estranha e até curiosa a tese do CDS-PP, Sr. Deputado Michael Seufert. É que o CDS diz: «Temos de honrar as dívidas acima de tudo». Ora, nós temos aqui uma dívida a um conjunto de 100%. O Governo, cumprindo, aliás, uma orientação da União Europeia, vai integrar menos de 10%, pelo que fica a dever a mais de 90%. Mas isso, para o Governo, não interessa: «A 90% não pagamos, não pagamos! Não pagamos nada! Que bom! Nós conseguimos integrar no sistema 7%, 8%, 9%, mas o resto não interessa a ninguém, não se paga!» Desprezam-se, assim, esses profissionais, 25 000 dos quais, entre contratados aos quais não foram renovados os contratos e os que se aposentaram, saíram nos últimos anos do sistema educativo.

Ora, esta circunstância é que, a meu ver, tem de ser revista. Não vale a pena vir aqui dizer algumas coisas de propaganda acerca desses concursos.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr.^a Deputada Maria José Castelo Branco, qualquer pessoa percebe que 2014 não é 2015. Portanto, se haverá — e vamos ver em que termos — um concurso para mobilidade interna em 2015, não está a haver em 2014, e isso faz toda a diferença. Creio que convém, neste momento, respeitar a fisionomia dessas diferenças e que isso é importantíssimo para milhares de professores. Portanto, não vale a pena dizer: «Já resolvemos, está aqui numa ata». Isso é verdadeiramente uma conversa vazia de sentido, Srs. Deputados do PSD.

Não estão a cumprir a diretiva europeia, não estão a integrar os professores contratados. Além do mais, estão a «assobiar para o lado», quando se trata de resolver problemas de mobilidade interna.

Protestos do Deputado do PSD Duarte Filipe Marques.

Esta é que é a questão do debate. A questão da legalidade, Sr. Deputado Agostinho Santa, terá de ser vista no contexto concreto do aviso do concurso e não na tomada de uma resolução política nesta Assembleia.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente** (António Filipe): — Srs. Deputados, concluímos, assim, a apreciação da petição n.º 341/XII (3.ª) em conjunto com o projeto de resolução n.º 1072/XII (3.ª) (BE), o qual será votado na sexta-feira.

A próxima sessão plenária terá lugar, amanhã, às 15 horas, tendo como ordem do dia o debate da interpelação n.º 17/XII (3.ª) — Sobre precariedade laboral (BE).

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 6 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.